

RELATÓRIO E CONTAS DA UMP 2022

Com os Portugueses desde 1176.

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

CONVOCATÓRIA

Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea a) e h) do artigo 15.º, da alínea b) do n.º 1 e n.º2 do artigo 17.º, do artigo 19.º e do artigo 51.º dos Estatutos desta União, convocam-se as Associadas da União das Mutualidades Portuguesas (UMP) para reunirem em **Assembleia Geral Ordinária**, a realizar no próximo dia **10 de fevereiro de 2023, às 10h00, no Cine-Teatro de Benavente, sito na Rua Luís Godinho n.º 2, 2130-049 Benavente, na cidade e concelho de Benavente, distrito de Santarém**, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Apreciação, discussão e votação do Relatório e Contas de 2022, o qual vai acompanhado do respetivo Parecer do Conselho Fiscal;
2. Apreciação, discussão e votação da Proposta do Conselho de Administração de alteração do n.º 3 do artigo 1.º dos Estatutos da União das Mutualidades Portuguesas;
3. Discussão de outros assuntos de interesse.

Nos termos do número 5 do artigo 19.º dos Estatutos da UMP, a Assembleia Geral reúne à hora marcada na convocatória, se estiverem presentes ou representados mais de metade dos Associados efetivos no pleno gozo dos seus direitos associativos, ou meia hora depois de qualquer número de presenças.

Os documentos aludidos na presente convocatória estão, desde esta data, disponíveis para consulta na Sede da **União das Mutualidades Portuguesas** e publicados no sítio da Internet em www.mutualismo.pt e foram enviados por correio eletrónico para todas as Associadas nesta mesma data.

Esmoriz, 13 de janeiro de 2023

A Presidente da Mesa da Assembleia Geral,

Carla Sofia Oliveira Silva

**Nota: Chama-se à especial atenção das Associadas para a Informação seguinte
Informação:**

A Mesa da Assembleia Geral da União das Mutualidades Portuguesas chama à especial atenção dos Excelentíssimos Associados para as seguintes disposições Estatutárias e Regulamentares, relacionadas com a composição e funcionamento da Assembleia Geral:

1º - Nos termos do número 3, do artigo 7º dos Estatutos da UMP, "As quotas consideram-se vencidas no primeiro dia dos meses a que digam respeito e são pagas antecipadamente, trimestralmente, semestralmente ou anualmente". Por outro lado, nos termos do número 5 do artigo 9º dos Estatutos da UMP, "Os associados efetivos e participantes só poderão exercer os seus direitos se tiverem em dia as quotas".

2º - Nos termos do artigo 2º e 5º do Regulamento de Funcionamento de Assembleia Geral da UMP:

*"Artigo 2º
(Composição)*

1. As Assembleias Gerais são realizadas de forma presencial sendo, contudo, permitido o recurso em simultâneo a meios telemáticos, desde que se encontrem assegurados os respetivos meios, a autenticidade das declarações e a segurança das comunicações.
2. A Assembleia Geral é constituída por todos os Associados efetivos que estejam no pleno gozo dos seus direitos associativos, isto é, que tenham sido admitidos há mais de doze meses, tenham as quotizações pagas e em dia e não estejam suspensos nos termos dos Estatutos.
3. Os Associados participantes, desde que tenham as suas quotizações pagas e em dia e não estejam suspensos nos termos dos Estatutos, podem participar nas reuniões da Assembleia Geral, mas sem direito a voto.
4. Os Associados beneméritos e honorários podem participar nas reuniões da Assembleia Geral, mas sem direito a voto.
5. Os Associados efetivos e participantes que não estejam no pleno gozo dos seus direitos associativos apenas podem assistir às Assembleias Gerais."

*"Artigo 5º
(Representação)*

1. Os Associados participam na Assembleia Geral da UMP, em princípio, através de representante pessoa singular que seja titular efetivo da respetiva Direção/Conselho de Administração, devendo este ser portador de carta-mandato para esse efeito, salvo se a UMP possua no seu dossier de apoio às Assembleias Gerais cópia dos documentos referidos no artigo anterior, bastando a esse representante identificar-se através de documento idóneo, para nela poder participar e, se permitido, votar.
2. Os Associados podem, igualmente, participar na Assembleia Geral através de qualquer outra pessoa singular desde que a mesma apresente, no dia da Assembleia Geral, carta-mandato dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral.
3. Os Associados efetivos podem, nos termos previstos nos Estatutos, fazerem-se representar por outros Associados efetivos, devendo o Associado Mandatário ser portador de carta-mandato do Associado mandante, dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral e entregue no dia da Assembleia Geral.
4. As cartas-mandato referidas nos números anteriores devem, cumulativamente:
 - a) Identificar o Associado mandante e a pessoa singular sua representante ou o Associado mandatário;
 - b) Indicar se se destinam a uma Assembleia Geral em concreto ou às Assembleias Gerais, ordinárias e/ou extraordinárias, que venham a realizar-se dentro de um período temporal determinado;
 - c) A extensão dos poderes de representação que são conferidos pelo Associado mandante ao seu representante pessoa singular ou ao Associado mandatário;
 - d) Ser assinadas por quem estatutariamente obriga a Associação e com as assinaturas reconhecidas nos termos da lei, na qualidade e com poderes para esse ato, salvo se a UMP possua no seu dossier de apoio às Assembleias Gerais cópia dos documentos referidos no anterior artigo 4.º deste RFAG, caso em que o reconhecimento das assinaturas não será necessário.
5. Na mesma sessão da Assembleia Geral, nenhum Associado efetivo pode, para além de si próprio, representar mais que um Associado efetivo e nenhuma pessoa singular pode ser representante de mais do que dois Associados.
6. É permitida a inscrição de qualquer Associado para assistir, participar e, se permitido, votar na Assembleia Geral até ao encerramento da sessão, seja em primeira sessão ou em qualquer um dos seus prolongamentos.
7. No caso em que Assembleia funcione em mais de uma sessão, a inscrição/acreditação dos Associados far-se-á apenas uma vez e em qualquer uma das sessões podendo, todavia, os Associados alterar os seus representantes.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	08
I. REPRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL E COOPERAÇÃO	10
1. SEGURANÇA SOCIAL	11
1.1 CÓDIGO DAS ASSOCIAÇÕES MUTUALISTAS	11
1.2 ESTATUTO FISCAL	11
1.3 COMPROMISSO DE COOPERAÇÃO	11
1.4 COMISSÃO PERMANENTE DO SETOR SOCIAL E SOLIDÁRIO	12
1.5 CONSELHO NACIONAL PARA A ECONOMIA SOCIAL	12
1.6 COMISSÃO NACIONAL DE ACOMPANHAMENTO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA (CNA PR R)	12
1.7 INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL	12
1.8 CENTRO NACIONAL DE COMPETÊNCIAS PARA A INOVAÇÃO SOCIAL	12
1.9 OUTRAS PARTICIPAÇÕES E REPRESENTAÇÕES INSTITUCIONAIS NACIONAIS	13
1.10 PARECERES LEGISLATIVOS EMITIDOS	14
2. SAÚDE	15
2.1 FARMÁCIAS SOCIAIS	15
2.2 ASSISTÊNCIA MÉDICA	15
2.3 SAÚDE MENTAL	15
II. ORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO MUTUALISTA	17
2.1 ASSOCIATIVISMO	18
2.2 PROTOCOLOS DE PARCERIA	18
2.3 ACONSELHAMENTO JURÍDICO E REVISÃO DE ESTATUTOS	18
2.4 IRCT	19
2.5 DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO	19
2.5.1 APLICAÇÃO AMIGA	20
2.5.2 SIMPLEX-MUTUAL	20
2.5.3 BASE DE DADOS DE CARACTERIZAÇÃO DAS MUTUALIDADES	20
2.6 NOVAS MODALIDADES DE BENEFÍCIOS	20
2.7 EVENTOS	20
2.7.1 WEBINARES	21
2.7.2 ASSEMBLEIAS GERAIS	21
2.7.3 IV REUNIÃO ANUAL DE PRESIDENTES MUTUALISTAS	21
2.7.4 JORNADAS MUTUALISTAS REGIONAIS	21
2.7.5 III ENCONTRO NACIONAL DE MULHERES MUTUALISTAS	22

ÍNDICE

2.7.6 DIA NACIONAL DO MUTUALISMO 2022	22
2.7.7 CHAMA MUTUALISTA	22
2.7.8 PRÉMIO INOVAR PARA MELHORAR (PIPM)	23
2.7.9 PRÉMIO TRABALHADOR DO ANO	23
2.7.10 PRÉMIO MUTUALISMO E SOLIDARIEDADE	23
2.7.11 PRÉMIO CIDADANIA E SOLIDARIEDADE	24
2.7.12 PRÉMIO MUTUALISMO E SOLIDARIEDADE INTERNACIONAL	24
2.7.13 XI ENCONTRO NACIONAL DE DIRIGENTES MUTUALISTAS	24
III. ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA UMP	25
3.1 PROJETO DE CAPACITAÇÃO INSTITUCIONAL	26
3.2 CENTRO INFANTIL DR. ANTÓNIO DA COSTA LEAL	27
3.3 AQUISIÇÃO DE PATRIMÓNIO IMOBILIÁRIO	28
3.4 PLANEAMENTO ESTRATÉGICO	28
3.5 GABINETE DE FORMAÇÃO	28
IV. COMUNICAÇÃO E IMAGEM	30
4.1 PLATAFORMAS DE COMUNICAÇÃO	31
4.1.1 MULTIMÉDIA	31
4.1.1.1 MUTUAL XXI	31
4.1.1.2 OUTRAS PRODUÇÕES E REPORTAGENS EM VÍDEO	31
4.1.2 PUBLICAÇÕES	32
4.1.2.1 EDIÇÃO DE LIVROS	32
4.1.2.2 EDIÇÃO DE ANUÁRIO DAS MUTUALIDADES	32
4.1.2.3 REVISTA MUT	33
4.1.2.4 CORREIO MUTUALISTA	33
4.1.3 SITES	33
4.1.4 REDES SOCIAIS	33
4.2 REDES SOCIAIS	34
4.3 TRABALHOS CRIATIVOS E MERCHANDISE	34
4.4 COMUNICAÇÃO INTERNA	35
4.5 WEBINARS DE COMUNICAÇÃO	35
V. INTERNACIONALIZAÇÃO	36
5.1 UMM - UNIÃO MUNDIAL DAS MUTUALIDADES	37
5.2 CESE - CONSELHO ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU	37

ÍNDICE

5.3 COOPERAÇÃO COM COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (CPLP)	38
5.3.1 COOPERAÇÃO COM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE	38
5.3.2 COOPERAÇÃO COM ANGOLA	39
5.4 ERASMUS + “BEYOND NEET: PROMOÇÃO DA INCLUSÃO SOCIAL DE JOVENS ATRAVÉS DO VOLUNTARIADO”	39
VI. RESULTADO LÍQUIDO E PROPOSTA DE APLICAÇÃO	41
VII. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	43
ANEXO	49
PARECER DO CONSELHO FISCAL	61



RELATÓRIO E CONTAS DA UMP 2022

ESTIMADAS ASSOCIADAS

O Conselho de Administração da União das Mutualidades Portuguesas (UMP) tem a honra de submeter à vossa apreciação, discussão e votação o Relatório e Contas de 2022 da União das Mutualidades Portuguesas, acompanhado pelo respetivo Parecer do Conselho Fiscal.

INTRODUÇÃO

O ano de 2022 correspondeu à confirmação da tendência de crescimento da União das Mutualidades Portuguesas e de afirmação do mutualismo na sociedade, apesar da magnitude das adversidades da conjuntura.

Ainda nos encontrávamos num processo de restabelecimento da atividade pós-Covid, quando eclodiu a guerra na Europa que nos atirou para uma crise migratória e para uma espiral inflacionista sem memória nas últimas três décadas, com reflexos profundos na sociedade e na atividade e sustentabilidade das instituições.

A UMP assumiu na plenitude a sua missão, enquanto entidade representativa, de reforçar e desenvolver o Movimento Mutualista. As mutualidades, os seus dirigentes, trabalhadores e voluntários souberam responder com enorme dedicação e eficiência aos exigentes desafios que lhes foram colocados, seja no apoio aos mais vulneráveis, aos mais afetados pela conjuntura, seja no acolhimento e integração de migrantes.

No plano económico, a UMP encerrou o exercício de 2022 com um resultado positivo, de 247.858,39 Euros.

Em resultado da ação desenvolvida na representação e no desenvolvimento e projeção do mutualismo e das mutualidades e da persistência junto da tutela, o Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social fez justiça à UMP, assegurando-lhe uma comparticipação financeira anual em valores mais condizentes com a importância e a amplitude da sua atividade e mais em linha com aqueles que são atribuídos às suas congéneres.

O crescimento registado nos vários domínios justifica e permite estabilizar a estrutura e os recursos humanos herdados dos sucessivos projetos de capacitação institucional, abrir novos horizontes e melhorar o desempenho da UMP em todas as frentes, em especial, no apoio às suas filiadas.

A estratégia e a resiliência prosseguidas por este Conselho de Administração asseguraram estabilidade financeira à UMP e tornaram possível, em 2022, concretizar o grande investimento que foi a aquisição de um imóvel, que permitirá instalar a sede e os serviços da UMP em espaço próprio e digno.

No plano da representatividade institucional, a UMP deu passos importantes, junto do Governo e da Direção-Geral da Segurança Social, para se iniciar o processo de revisão do Código das Associações Mutualistas, no âmbito do qual tem formulado propostas concretas que se encontram em análise.

Com os demais parceiros do setor social e solidário, a UMP participou ativamente nas negociações das duas Adendas ao Compromisso de Cooperação, a última das quais representou uma mais justa atualização das comparticipações do Estado às respostas sociais.

Importa sublinhar, igualmente, os contributos apresentados para medidas públicas tão importantes como a gratuidade das creches, os apoios às instituições para fazer face ao aumento dos custos da energia e combustíveis, entre muitas outras.

Tendo em conta a relevância do Plano de Recuperação e Resiliência para o setor social, foi dada particular atenção ao acompanhamento das fases de preparação e execução deste importante instrumento de financiamento, procurando que corresponda às necessidades e especificidades das associações mutualistas.

A perceção sobre o movimento mutualista tem vindo a alterar-se progressivamente e, para isso, muito tem contribuído a ação e o dinamismo das mutualidades junto das populações, incorporando modelos de gestão modernos, mais respostas e práticas de inovação social. Disso são evidências as referências, cada vez mais presentes no espaço público, ao papel das associações mutualistas e o maior interesse com que os media publicam trabalhos jornalísticos sobre mutualismo e procuram conhecer as posições do Movimento sobre variados dossiês.


A apresentação de investigações como o “Estudo de Caracterização do Movimento Mutualista em Portugal”, desenvolvido pelo ISCTE, ou o lançamento de obras como a “Breve História do Mutualismo em Portugal”, assinada por Álvaro Garrido, entre outras lançadas pela UMP, têm valorizado o papel e a História do Mutualismo aos olhos dos portugueses.

A UMP esteve próxima das suas filiadas e apoiou a constituição de novas associações mutualistas. Estabeleceu pontes entre elas e o governo, câmaras municipais, com quem desenvolveu múltiplas ações de divulgação do mutualismo e das mutualidades, e outras entidades.

Promoveu a sua capacitação, através de eventos, abordando temáticas de relevância para as mutualidades, jornadas de formação e mentoria, de webinars de esclarecimento e partilha de experiências e conhecimentos. Renovou e ampliou o leque de entidades privadas e públicas que disponibilizam benefícios e vantagens às mutualidades. Aconselhou, emitiu pareceres, apoiou tecnicamente os processos de revisão dos Estatutos e divulgou-as, através de formatos de comunicação como o Mutual XXI ou o anuário institucional do Movimento. Disponibilizou ferramentas tecnológicas como a AMIGA o Simplex Mutual e um suporte de recolha de dados de caracterização de cada uma das mutualidades.

O projeto de internacionalização do mutualismo português conheceu avanços significativos, tanto no âmbito da participação na União Mundial de Mutualidades, como no Comité Económico e Social Europeu, e na CPLP, que fica marcada pela realização de uma conferência internacional, apoiada pelo Camões, IP e pela celebração de um protocolo de cooperação com o Governo de São Tomé e Príncipe, que torna a UMP parceira na construção do edifício legislativo da economia social naquele território e abre a porta às mutualidades portuguesas para a realização de projetos de desenvolvimento socioeconómico de matriz mutualista.

Fiel aos princípios do mutualismo e aos valores da organização, a UMP deu, em 2022, passos importantes no rejuvenescimento e visibilidade do mutualismo na sociedade portuguesa, reafirmando o seu compromisso de representar e valorizar o papel das suas Associadas.



I. REPRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL E COOPERAÇÃO

I. REPRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL E COOPERAÇÃO

247.858,39 €

RESULTADO DO EXERCÍCIO

1. SEGURANÇA SOCIAL

1.1 Código das Associações Mutualistas

No âmbito da sua atividade de representação institucional, a União das Mutualidades Portuguesas (UMP) atribuiu toda a prioridade e urgência à revisão do Código das Associações Mutualistas (CAM), de forma a eliminar importantes constrangimentos à atividade do setor.

Fruto das diligências efetuadas junto do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MT-SSS) e da Direção-Geral de Segurança Social (DGSS), foi criado um grupo de trabalho, constituído por técnicos da DGSS e da UMP que reúne regularmente, desde 9 de junho, e que está a identificar e a procurar solucionar os maiores constrangimentos sentidos pelas Mutualidades na aplicação deste Código. Entretanto, a UMP apresentou, a 15 de novembro de 2022, ao Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, através da Direção-Geral de Segurança Social uma proposta de alteração/revisão ao CAM, que se encontra em análise nos respetivos serviços.

Em simultâneo, tem vindo a prestar apoio técnico e jurídico às suas filiadas, com vista à obtenção do registo definitivo dos estatutos, em virtude das alterações impostas pelo CAM.

1.2 Estatuto Fiscal

A UMP e as demais entidades do setor social têm vindo a fazer sentir ao Governo a necessidade de rever o Estatuto Fiscal da Economia Social, no sentido de, por um lado, assegurar melhores condições de sustentabilidade às associações mutualistas e, por outro, eliminar as situações de desigualdade que persistem em sede de tributação.

Com os parceiros do setor social, temos vindo a consensualizar algumas propostas concretas, como por exemplo, no que respeita à taxa do IVA em empreitadas e ao alargamento do regime de isenção de IMI a todos os bens imóveis pertencentes às Associações Mutualistas e demais IPSS's.

1.3 Compromisso de Cooperação

A evolução da taxa de inflação, no contexto da invasão da Ucrânia pela Rússia, levou à celebração de duas Adendas ao Compromisso de Cooperação, a segunda das quais em dezembro, que representou o maior aumento de sempre nas participações às respostas sociais.

A primeira Adenda, celebrada em julho, concretizou aspetos previstos no novo Pacto para a Cooperação, consagrou os termos da medida da gratuidade das creches e incorporou apoios extraordinários às instituições para fazer face ao aumento de custos.

As duas Adendas resultam de negociações entre o setor social e o Governo, nas quais a UMP esteve diretamente envolvida, na defesa dos interesses das Associações Mutualistas.

1.4 Comissão Permanente do Setor Social e Solidário

A Comissão Permanente do Setor Social e Solidário (CPSSS), que a UMP integra, continuou a reunir regularmente, sempre com a participação da Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Ana Mendes Godinho, e/ou da Secretária de Estado da Inclusão, Ana Sofia Antunes.

Estas reuniões permitiram analisar e perspetivar um conjunto de medidas com impacto no setor social e nas mutualidades em particular, assim como reforçar o posicionamento estratégico do Movimento Mutualista no quadro das políticas públicas com relevância para as mutualidades.

Ao longo do ano, estiveram em plano de evidência dossiês como: a gratuitidade das creches, as atualizações extraordinárias das comparticipações às respostas sociais, acompanhamento da execução do Plano de Recuperação e Resiliência, a capacitação institucional das entidades membros do Conselho Nacional para a Economia Social e os aumentos dos custos com a energia e combustíveis.

1.5 Conselho Nacional para a Economia Social

Enquanto membro efetivo do CNES, a UMP participou nos trabalhos deste órgão consultivo, que em 2022, assinou o Acordo para a criação de um centro de formação profissional e qualificação da economia social e identificação das necessidades de formação específicas. Em plano de evidência esteve, também, a apresentação do acordo de parceria Portugal 2030, que reserva fundos financeiros para investimento no setor social.

1.6 Comissão Nacional de Acompanhamento do Plano de Recuperação e Resiliência (CNAPRR)

No âmbito da participação no Grupo de Trabalho da Comissão Permanente do Setor Social e Solidário de acompanhamento ao PRR, a UMP analisou e deu contributos para os diferentes documentos e avisos de abertura publicados destinados ao sector social, procurando defender o interesse das Associações Mutualistas.

A UMP acompanhou ainda os dossiês referentes às comissões especializadas do Território e da Área Social, da CNAPRR.

1.7 Instituto da Segurança Social

O ano de 2022 ficou marcado por uma estreita articulação com o ISS, I.P., não só no que respeita à divulgação de orientações, recomendações e medidas de apoio ao setor social (ex: gratuitidade das creches, Adendas Extraordinárias ao Compromisso de Cooperação, etc.), como na desburocratização de processos, anúncios e informações sobre candidaturas aos diferentes programas do PRR e do PARES. A UMP participou, também, em vários webinars de esclarecimento promovidos pelo ISS, I.P., sobre programas e procedimentos de candidaturas.

1.8 Centro Nacional de Competências para a Inovação Social

A UMP integra o Conselho Consultivo do Centro Nacional de Competências para a Inovação Social, que é constituído pelas entidades representativas do sector social, representantes do sector público, universo académico e também investidores sociais. A UMP integra este Conselho Consultivo, a convite da

EMPIS – Estrutura de Missão Portugal Inovação Social, que pretende dar uma nova dimensão à Inovação Social, através da identificação de respostas sociais que possam contribuir para uma melhor resposta a necessidades não atendidas ou inadequadamente atendidas, bem como apoiar a inovação social através da produção de conhecimento, capacitação e promoção de parcerias. No âmbito deste trabalho, foi apresentada, em outubro de 2022, a “Agenda para o Impacto 2030”, que consiste na estratégia nacional para o investimento e inovação social.

1.9 Outras Participações e Representações Institucionais Nacionais

A UMP participou em diversas reuniões tendentes a transmitir e solucionar problemas transversais às Associações Mutualistas, nomeadamente com:

- Primeiro-Ministro
- Ministério da Presidência
- Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
- Ministério da Saúde
- Ministério da Educação
- Ministério das Infraestruturas e Habitação
- Ministério dos Negócios Estrangeiros
- Direção Geral da Segurança Social
- Instituto da Segurança Social
- Instituto de Emprego e Formação Profissional
- Camões – Instituto da Cooperação e da Língua
- Associação Nacional de Municípios Portugueses
- Câmara Municipal do Porto
- Câmara Municipal de Lisboa
- Câmara Municipal da Maia
- Câmara Municipal de Matosinhos
- Câmara Municipal de Paços de Ferreira
- Câmara Municipal de Gondomar
- Câmara Municipal de Espinho
- Câmara Municipal de Ovar
- Câmara Municipal da Murtosa
- Câmara Municipal de Ílhavo
- Câmara Municipal de Coimbra
- Câmara Municipal de Torres Novas
- Câmara Municipal de Benavente
- Câmara Municipal de Faro
- Câmara Municipal de Tavira
- Conselho Económico e Social (CES)
- Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (CASES)
- Comissão Nacional de Cooperação (CNC)
- Confederação Portuguesa da Economia Social (CPES)
- Comissão Especializada Permanente do Desenvolvimento Regional e Ordenamento do Território
- Instituto Nacional para a Reabilitação (INR, IP)
- Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção de Crianças e Jovens (CNPDPJ)
- Conselho Consultivo para o Centro de Competências para a Inovação Social em Portugal

- Conselho Nacional para os Problemas da Droga, das Dependências e do Uso Nocivo do Álcool
- Conselho Nacional para a Saúde Mental
- Conselho Regional de Saúde Mental do Norte
- Conselho Regional de Saúde Mental do Centro
- Conselho Regional de Saúde Mental de Lisboa e Vale do Tejo
- Conselho Regional de Saúde Mental do Alentejo
- Conselho Regional de Saúde Mental do Algarve
- Comissões Distritais de Cooperação em 18 distritos
- Plataformas Supraconcelhias do Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve
- Comissão de Coordenação e Acompanhamento do Plano Nacional de Implementação de uma Garantia Jovem
- Conselho Consultivo da Fundação INATEL
- Fundo de Reestruturação do Setor Social
- Linha de Crédito I e II
- Comitês de Acompanhamento dos programas Operacionais Regionais (Norte2020, Centro2020, Lisboa2020, Alentejo2020 e Algarve2020)
- Comité de Acompanhamento do PO MAR 2020
- Júri do Prémio Cooperação e Solidariedade António Sérgio
- Projeto Y.ES – CASES
- Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento da Ferramenta de Avaliação Interativa de Riscos Online (OiRA)
- Conselho Local de Ação Social (CLAS) de Lisboa
- Grupo de Trabalho da Capacitação – CPES
- CAMECI - Comissão de Acompanhamento, Monitorização e Avaliação do Estatuto do Cuidador Informal
- Comissão de Coordenação e Acompanhamento do Plano Nacional de Implementação de uma Garantia Jovem.

1.10 Pareceres legislativos emitidos

No quadro da sua representação do Movimento Mutualista, a UMP desenvolveu uma atividade assinalável no que toca à participação em reuniões de preparação de medidas públicas para o setor e à emissão de pareceres, que aqui se elencam:

- Projeto de Portaria de Enquadramento para a resposta social “Comunidades de Inserção”
- Projeto de Portaria da Medida Compromisso Emprego Sustentável
- Garantia para a Infância
- Portaria nº 38/2013, de 30 de janeiro, que regulamenta a resposta social SAD
- Portaria de regulamentação da resposta social Residências de Autonomização e Inclusão (RAI).
- Projeto do Despacho do MTSSS relativamente à integração, em Creche, de Crianças Ucrainianas
- Portaria do MAREES
- Aviso de abertura relativo à nova geração de respostas sociais no âmbito do PRR
- Aplicação, modelos de financiamento, aumento da capacidade da rede solidária e acompanhamento e avaliação da medida relativa à Gratuitidade das Creches
- Prazo para apresentação das contas relativas ao ano de 2021 aos serviços do ISS

- Questionário de Avaliação Intercalar PO ISE _ Inquérito às Entidades Beneficiárias _ Tipologia de Operação 3.36 - Capacitação Institucional das organizações da economia social
- Relatório de Execução - PO APMC 2021
- Portaria relativa às Altas Hospitalares
- Projeto de Portaria que regulamenta a medida de gratuitidade das creches, a partir de 1 de setembro de 2022 e a Proposta de adenda ao Compromisso de Cooperação 2021-2022
- Aviso do PRR que tem como âmbito as respostas inovadoras, nomeadamente as Comunidades de Inserção e a Habitação Colaborativa
- Programa “Emprego + Digital 2025”
- Aviso de Requalificação e Alargamento da Rede de Equipamentos e Respostas Sociais
- Projeto de Portaria do Descanso do Cuidador
- Portaria da Gratuitidade das creches no Setor Privado
- Adenda extraordinária ao Compromisso de Cooperação para o Setor Social e Solidário Biénio 2021-2022

+62%

MELHORIA
DOS RESULTADOS
LÍQUIDOS

2. SAÚDE

2.1 Farmácias Sociais

A UMP prosseguiu o seu esforço de sensibilização do Governo, nomeadamente em reuniões com membros do Governo na área da Saúde e da Segurança Social, e em inúmeras intervenções públicas, para a alteração do Regime Jurídico das Farmácias de Oficina que remova os constrangimentos que impossibilitam as mutualidades de criarem novas farmácias sociais.

Em paralelo, a UMP tem concedido apoio técnico e acompanhamento às Associações Mutualistas que recorreram judicialmente das decisões de indeferimento proferidas pelo Infarmed.

Correm os seus trâmites na justiça 12 ações e estão pendentes seis pedidos de abertura de novas farmácias sociais.

2.2 Assistência Médica

A UMP continuou a efetuar diligências junto do Ministério da Saúde no sentido do estabelecimento de novas convenções para a prescrição de meios complementares de diagnóstico e terapêutica, medida que diminuiria a pressão sobre as unidades do Serviço Nacional de Saúde.

No âmbito da prestação de cuidados de saúde primários, tem vindo a reiterar a disponibilidade das mutualidades para celebrar contratos-programa para a gestão de unidades de saúde familiar modelo C, de forma a suprir dificuldades dos portugueses no acesso aos serviços de saúde públicos.

2.3 Saúde Mental

A crescente procura dos serviços de saúde mental e as lacunas do Serviço Nacional de Saúde e da Segurança Social nessas áreas constituem um desafio para as mutualidades e os instrumentos de finan-

ciamento disponíveis no Plano de Recuperação e Resiliência são uma oportunidade para o lançamento de respostas nestas áreas.

Nesse contexto, a UMP tem procurado acompanhar ativamente os trabalhos do Conselho Nacional de Saúde Mental e dos Conselhos Regionais de Saúde Mental do Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve, reiterando a disponibilidade das Associações Mutualistas, através das suas clínicas médicas e das respostas sociais, para colmatar as dificuldades dos sistemas públicos de saúde e segurança social.



II. ORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO MUTUALISTA

2.1 Associativismo

Enquanto entidade representativa do Movimento Mutualista, a UMP tem vindo a trabalhar ativamente no mapeamento das associações mutualistas em atividade ou com escassa atividade, no sentido de regularizar as suas situações perante a Segurança Social e as integrar no universo das nossas filiadas. Neste âmbito, têm vindo a ser realizadas reuniões e concedido apoio técnico a várias organizações, de norte a sul do país, na atualização dos seus Estatutos e Regulamentos de Benefícios e no acompanhamento dos respetivos processos junto da Segurança Social e outras entidades.

A UMP tem igualmente promovido e apoiado a criação de novas Associações Mutualistas, através da disponibilização de apoio técnico.

Uma vez regularizadas estas situações, o passo seguinte será a filiação destas organizações na UMP.

2.2 Protocolos de parceria

Outra linha de atuação tem sido a criação de valor para a UMP, as nossas filiadas e os seus associados, através da celebração de protocolos de parceria com entidades públicas e privadas, que se traduzem na concessão de benefícios e vantagens no acesso a bens e serviços.

Em 2022, foram celebrados os seguintes novos protocolos:

- Ewen Energy & Environment
- ISCAP – Instituto Politécnico do Porto
- Tribetech
- Educabiz
- Grupo Prainha – Alvor
- Repsol
- Termas da Sulfúria
- Termas de Chaves
- Vila Galé – Hotéis
- I Services
- Hertz Rent-a-car
- Orbitur

2.3 Aconselhamento Jurídico e Revisão de Estatutos

A UMP, através do seu gabinete jurídico, registou um aumento do número de respostas a pedidos de esclarecimento, solicitações e pareceres jurídicos por parte das Associadas.

Com recursos a meios telemáticos, permitiu capacitar, aconselhar e esclarecer as Associadas sobre assuntos jurídicos, de uma forma imediata.

Acompanhou e analisou diariamente os diplomas legais publicados no Diário da República com interesse para o movimento mutualista, divulgando-os junto das Associadas.

Através do seu gabinete jurídico, a UMP, fez-se representar em grupos de trabalho com a exigência técnica que se impõe, nomeadamente nos trabalhos de revisão do Código das Associações Mutualistas e do Contrato Coletivo de Trabalho das Mutualidades.

O Gabinete Jurídico esteve ainda envolvido no apoio jurídico à UMP e às suas filiadas na adaptação dos seus Estatutos ao Código das Associações Mutualistas e respetivos contactos com a Direção Geral da Segurança Social.

A UMP conta no seu Gabinete Jurídico com a colaboração de um advogado em regime de exclusividade de funções e dois outros advogados externos que continuaram a acompanhar dossiês específicos de elevada complexidade técnica, como os relacionados com os processos judiciais das Associações Mutualistas relativos às farmácias de oficina, matérias fiscais da Economia Social e processos de contencioso administrativo.

+11%

ATIVO

RESUMO DOS PROCESSOS / ATIVIDADES DO GABINETE JURÍDICO	
ATIVIDADES	N.º DE EVIDÊNCIAS
Emissão de pareceres/informações/comunicações a associadas a solicitação destas e reportadas pelo Conselho de Administração	75
Análise e descrição sumária de diplomas legislativos no âmbito da Economia Social	51
Dossiers internos (estudo, execução e acompanhamento): CAM, Alterações aos Estatutos da UMP e Associadas; Procedimentos de contratação Pública; Manuais; Regulamentos; CCT das Mutualidades	83
Informações/comunicações/da UMP para o exterior - organismos públicos, entre outros	12
Contributos para elaboração de documentos legais com o MTSSS, entre outros	3
Apoio jurídico/pareceres/informações escritas ao Centro Infantil Dr. António da Costa Leal	14
Intervenção em Eventos/Webinar em representação da UMP	12
Elaboração de protocolos com organismos públicos, entre outros	14
Apoio à constituição de novas Associações Mutualistas	4

2.4 IRCT

A UMP, através do seu Gabinete Jurídico, tem acompanhado, esclarecido e monitorizado a implementação do Contrato Coletivo de Trabalho nas associações mutualistas aderentes, assim como na renegociação deste Instrumento de Regulação Coletiva de Trabalho (IRCT), em defesa dos interesses do Movimento Mutualista.

2.5 Desenvolvimento Tecnológico

A UMP desenvolveu e atualizou um leque de plataformas web de apoio ao associativismo mutualista, tendo em vista a digitalização de processos e modernização administrativa, de que são exemplos: a aplicação Amiga, o Mutual Simplex e a Base de Dados de Caracterização das Mutualidades.

2.5.1 Aplicação AMIGA

A Aplicação Mutualista Integrada de Gestão de Associados (AMIGA), desenvolvida pela UMP, foi instalada e está em pleno funcionamento, com enorme sucesso, já em várias Associações Mutualistas.

Durante o ano de 2022, foram incorporadas nesta aplicação novas funcionalidades, nomeadamente no equipamento de cobrança (PDA), de forma a responder e a ajustar-se às necessidades do maior número de Associações que revelaram interesse na adesão a esta ferramenta.

Entre as novas funcionalidades, destacam-se os mecanismos automáticos de sincronização e atualização da cobrança, gestão de livros dos cobradores e atualização dos dados dos associados.

2.5.2 Simplex-Mutual

Esta plataforma, integralmente desenvolvida pela UMP, permite a desmaterialização de documentos, nomeadamente a entrega e depósito de documentos oficiais em formato digital.

Depois da sua apresentação num webinar dirigido às filiadas, a UMP tem procurado incentivar a sua utilização pelas associações mutualistas, sendo que o acesso à plataforma é efetuado através da área reservada do site.

2.5.3 Base de dados de caracterização das mutualidades

O conhecimento profundo e atualizado do universo das filiadas, nas suas diferentes dimensões, assume particular importância em todas as esferas de representação, nas quais a UMP marca presença.

No sentido de concentrar e sistematizar informação dispersa, a UMP desenvolveu uma ferramenta informática que permite recolher, guardar, atualizar e tratar dados que possibilita, em cada momento, dispor de um retrato do movimento mutualista e de cada uma das nossas associações filiadas.

Esta plataforma congrega um conjunto de dados disponíveis na UMP sobre cada uma das filiadas, informação essa que importa, anualmente, validar, corrigir, atualizar e valorizar, através da incorporação de mais elementos.

2.6 Novas Modalidades de Benefícios

A UMP promoveu a constituição de um grupo de trabalho para estudo de novas modalidades de benefícios destinadas a novos públicos, apelativas e que vão ao encontro das necessidades e das preocupações, sobretudo dos mais jovens.

Este grupo de trabalho é constituído pela UMP, A Previdência Portuguesa – Associação Mutualista e pelo Atuário Pedro Barbosa, com quem tem protocolo de cooperação, e tem vindo a desenvolver, do ponto de vista técnico, algumas propostas.

2.7 Eventos

Procurando capacitar o Movimento Mutualista, informar e esclarecer as filiadas e o público em geral, a UMP realizou 19 eventos em formato digital e 13 em formato presencial, que envolveram 755 participantes:

2.7.1 Webinares

Com o objetivo de capacitar as mutualidades, através da partilha de experiências e boas práticas, a UMP organizou um conjunto de webinars nas áreas da comunicação, jurídica e financeira, que se revelaram uma mais-valia, porquanto permitiram criar um canal de comunicação regular entre os gabinetes da UMP e os técnicos das mutualidades nas respetivas áreas.

Realizou-se, ainda, o Webinar “Financiamento para as Mutualidades: o programa europeu CERV – Cidadãos, Igualdade, Direitos e Valores”, em parceria com o Ministério da Justiça.

2.7.2 Assembleias Gerais

Em cumprimento dos Estatutos, durante o ano de 2022, a UMP realizou duas Assembleias Gerais Ordinárias, destinadas a aprovar o Relatório e Contas de 2021 e o Programa de Ação e Orçamento para 2023.

Foram realizadas, ainda, duas Assembleias Gerais Extraordinárias para aprovação de Orçamento Retificativo, aquisição de património imobiliário e para a alteração pontual dos Estatutos da UMP.

2.7.3 IV Reunião Anual de Presidentes Mutualistas

A Reunião Anual de Presidentes Mutualistas junta os dirigentes máximos das mutualidades, permitindo analisar e debater assuntos de caráter estrutural para o Movimento Mutualista e partilhar as suas experiências e desafios de liderança, fomentando laços de convívio e aprendizagem entre si.

A 4.ª edição ocorreu no dia 29 de janeiro de 2022, no Auditório Cassiano Branco, do Grande Hotel do Luso, Mealhada, e teve como tema a “Caraterização do Movimento Mutualista e Oportunidades de Desenvolvimento”. A convite da UMP esteve presente o então Presidente da Comissão Nacional de Acompanhamento do PRR - António Costa e Silva.

Para além da partilha de experiências entre Mutualistas, a IV Reunião Anual de Presidentes Mutualistas proporcionou também a apresentação do Estudo de Caraterização do Movimento Mutualista em Portugal.

O evento, que contou com 43 participantes, terminou com a oferta e sessão de autógrafos do livro “História do mutualismo nas ex-colónias portuguesas”, pelos seus autores: Joana Dias Pereira e Rui Henriques.

2.7.4 Jornadas Mutualistas Regionais

As Jornadas Mutualistas Regionais são um momento formativo por excelência para a capacitação de técnicos, dirigentes e demais membros das Associações Mutualistas de norte a sul do país. Nesta 2ª edição, que englobou 14 sessões presenciais (sete no norte e sete no sul do País), manteve-se o conceito de formação-ação. Procurou-se, assim, identificar os constrangimentos das Associações Mutualistas participantes, e desenvolver um plano de desenvolvimento ajustado à realidade e aos objetivos de cada uma delas, e proporcionar momentos de consultoria e mentoria.

Sob o mote “Progresso, Desenvolvimento e Evolução do Movimento Mutualistas”, estas sessões foram orientadas e dinamizadas pela CEO da Stone Soup, Cláudia Pedra, e pelo consultor Cristiano Viegas. Esta organização é especializada em projetos na área da economia social e conhecida por elevar exponencialmente o desempenho dos seus formandos.

2.7.5 III Encontro Nacional de Mulheres Mutualistas

O Encontro Nacional de Mulheres Mutualistas, realizado a 21 de março, na Universidade de Aveiro, debateu “A diversidade de papéis da mulher na sociedade”, tendo-se aprofundado as temáticas respeitantes à participação das Mulheres no desenvolvimento do Movimento Mutualista português e da própria sociedade. O evento reuniu 32 participantes, representantes do poder local, das Associações Mutualistas e da comunidade académica.

2.7.6 Dia Nacional do Mutualismo 2022

Tendo em conta os novos dados, quanto às origens do mutualismo em Portugal, e uma deliberação da Assembleia Geral nesse sentido, a UMP organizou o Dia Nacional do Mutualismo, no dia 27 de maio, que também celebrou os 846 anos de história do Movimento.

O evento, subordinado ao tema “O Mutualismo na Nova Europa Social” realizou-se no Hotel Solverde, em São Félix da Marinha, Vila Nova de Gaia, e teve como um dos pontos altos uma conferência, moderada pela jornalista da RTP Fátima Araújo, e que contou com a participação de Adalberto Campos Fernandes, Professor e Ex-ministro da Saúde; Filipe Almeida, Presidente da Estrutura de Missão Portugal Inovação Social; Juan António Pedreño, Presidente da Social Economy Europe; Paulo Rangel, Eurodeputado.

O programa contemplou ainda um momento evocativo dos 846 anos do Mutualismo em Portugal, a cargo da Professora Deolinda Meira (Professora do Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto) e do autor do livro Breve História do Mutualismo em Portugal, Álvaro Garrido (Professor da Universidade de Coimbra).

À sessão de encerramento, presidida pelo Secretário de Estado da Segurança Social, Gabriel Bastos, seguiu-se a sessão de autógrafos do livro Breve História do Mutualismo em Portugal.

2.7.7 Chama Mutualista

2022 marcou a implementação de um novo conceito e de uma nova imagem da Chama Mutualista, iniciativa da UMP que representa a força e vitalidade do movimento mutualista, uma forma de criar laços entre as mutualidades de todo o país e de marcar presença nas diversas comunidades.

Além de se associar aos aniversários das associações mutualistas, a Chama Mutualista passou a ser um objeto presente nas iniciativas por elas organizadas, nomeadamente em ações solidárias, de apelo à sustentabilidade, proteção da natureza e do ambiente ou rastreios de saúde, entre outras.

O novo símbolo da Chama é uma peça desenhada e recortada em cobre, que integra no seu design as mãos que se entrelaçam e formam a bandeira da União das Mutualidades Portuguesas, irradiando a partir da sua base as labaredas simuladas através de iluminação led.

A nova “Chama” foi apresentada pela primeira vez na Reunião Anual de Presidentes Mutualistas, na Mealhada e tem percorrido o país, cumprindo um roteiro pelas associações mutualistas.

+47%

FUNDOS
PATRIMONIAIS

2.7.8 Prémio Inovar Para Melhorar (PIPM)

Instituído pela UMP, o Prémio Inovar para Melhorar 2022, que distingue projetos inovadores desenvolvidos pelas mutualidades, foi atribuído à Associação de Socorros Mútuos Mutualista Covilhanense, pelo projeto Casa Moura.

A decisão coube a um júri constituído por: Eduardo Graça, Presidente da CASES; Filipe Almeida, Estrutura de Missão Portugal Inovação Social; e Pedro Portugal Gaspar, Inspetor-Geral da ASAE.

2.7.9 Prémio Trabalhador do Ano

O Prémio Trabalhador do Ano foi atribuído a Susana Isabel Castilho das Neves, trabalhadora do Legado do Caixeiro Alentejano – Associação Mutualista, que foi a candidata que recolheu mais votos na votação online que decorreu no site mutualismo.pt.

Além da vencedora, foram apresentadas as seguintes candidaturas:

- Daniel Lourenço, Associação de Socorros Mútuos Nossa Senhora da Esperança de Sandim e Freguesias Circunvizinhas;
- Susana Gouveia, Associação de Socorros Mútuos 1º de Dezembro;
- Carlos Travessa, Associação Socorros Mútuos Benaventense;
- Pedro Ferreira, Monte-Pio Artístico Tavirense - Associação de Socorros Mútuos.

A votação online registou um total de 5.456 votos.

O Prémio – um voucher de uma semana numa estância do Inatel - foi oferecido pela Fundação Inatel e foi entregue por José Carvalho, Membro do Conselho Consultivo desta instituição.

2.7.10 Prémio Mutualismo e Solidariedade

Por deliberação do Conselho de Administração da UMP, foi atribuído o Prémio Mutualismo e Solidariedade 2022 a duas personalidades: José Carvalho, Presidente da Associação de Socorros Mútuos Fraternal dos Artistas Vilafranquenses; e, a título póstumo, Luciano Seromenho, Presidente da Associação de Socorros Mútuos “Protectora dos Artistas” de Faro.

A atribuição da distinção a José Carvalho foi fundamentada pelo “seu percurso de entrega e dedicação às grandes causas do mutualismo e da economia social e pelo seu apurado sentido cívico e solidário”. A União das Mutualidades Portuguesas deliberou atribuir o Prémio Mutualismo e Solidariedade a Luciano Seromenho, pelos “relevantes serviços prestados à causa mutualista, enquanto dirigente associativo que muito contribuiu para o desenvolvimento da na Associação de Socorros Mútuos Protetora dos Artistas de Faro, e para a afirmação do mutualismo no Algarve e em Portugal”.

2.7.11 Prémio Cidadania e Solidariedade

Por decisão do Conselho de Administração da UMP, o Prémio Cidadania e Solidariedade 2022 foi atribuído a António Costa, Primeiro-Ministro de Portugal, em reconhecimento da “sua ação na definição e prossecução de políticas públicas mitigadoras do impacto económico e social da pandemia e da guerra na Ucrânia, e empenho na agenda europeia para o Pilar Europeu dos Direitos Sociais, que é reveladora da centralidade que concede aos valores da liberdade e dignidade humanas”.

A atribuição é justificada ainda pela “especial atenção que tem dedicado à compreensão e valorização do setor social, e das mutualidades em particular, enquanto pilar do Estado Social”.

2.7.12 Prémio Mutualismo e Solidariedade Internacional

A União das Mutualidades Portuguesas decidiu atribuir a Juan António Pedreño, Presidente da Social Economy Europe, o Prémio Mutualismo e Solidariedade Internacional 2022, pelo seu empenhamento na revitalização e afirmação da economia social na Europa e na defesa dos valores da solidariedade, igualdade, cidadania e inclusão.”.

2.7.13 XI Encontro Nacional de Dirigentes Mutualistas

Destinado a abordar matérias pertinentes para o desenvolvimento e valorização das Associações Mutualistas e da sua gestão e funcionamento, a sua 11.ª edição teve como tema “Agenda 2030: + investimento, + inovação, + emprego”, e decorreu na Casa da Mutualidade d’A Previdência Portuguesa – Associação Mutualista, em Coimbra no dia 25 de outubro de 2022.

O evento permitiu dar a conhecer às mutualidades a programação dos fundos de financiamento do próximo quadro comunitário de apoio, contribuindo para a formulação das metas e estratégias das organizações mutualistas.

Com maior detalhe e, tendo em conta o grande desafio da inovação social, foram aprofundados pela Estrutura de Missão Portugal Inovação Social, a Agenda para o Impacto 2030; e várias medidas do Instituto de Emprego e Formação Profissional de apoio à contratação de recursos humanos pelas organizações do setor social.

O Secretário de Estado da Segurança Social, Gabriel Bastos, participou no evento, através de uma mensagem, em formato de vídeo, dirigida aos participantes. O evento contou com a participação de 51 mutualistas, bem como com a participação de cinco entidades externas.



III.

ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA UMP

3.1 Projeto de Capacitação Institucional

O Projeto de Capacitação Institucional POISE- 03-4639-FSE-000846 Mutualismo – Da Herança ao Futuro, teve início em 26 de outubro e a sua conclusão estava prevista em 30 de junho de 2022.

Conforme definido no AVISO Nº POISE-39-2020-02 3.36 – Capacitação Institucional dos Parceiros da Economia Social Membro do CNES, foram objetivos deste projeto:

- Apoiar a realização de ações destinadas a promover a capacitação, institucional das organizações da economia social membros do CNES, na área da inovação e do empreendedorismo social, potenciando as boas práticas a nível nacional e internacional;
- Criar plataformas web que permitiram a gestão e partilha de dados das organizações da economia social membros do CNES;
- Reforçar a capacidade institucional, promovendo um trabalho em rede, a nível nacional e europeu, promovendo análises, estudos e boas práticas;
- Implementar soluções inovadoras no âmbito da economia social que visem uma melhor gestão e sustentabilidade das organizações.

Compreendendo a importância fulcral para a capacitação institucional do cumprimento destes objetivos e atendendo também à importância que foi dada à continuidade dos trabalhos desenvolvidos entre os projetos executados, considerou-se fundamental procurar garantir esta continuidade de projetos, mantendo para isso as boas práticas implementadas e o desenvolvimento do trabalho dos diferentes gabinetes, criados para a prossecução dos objetivos acima elencados.

Dado que não se vislumbrou a publicação de novo aviso de abertura de candidatura para Capacitação Institucional dos Parceiros da Economia Social Membro do CNES e dado que a execução financeira à data nos permitia dar continuidade a este projeto, a UMP solicitou a prorrogação por dois períodos de 3 meses, terminando a 31 de dezembro de 2022, diminuindo assim o hiato de tempo que se verificará entre o final deste projeto e o previsível início de um próximo, contribuindo esta alteração para uma maior garantia da continuidade das boas práticas implementadas e do trabalho desenvolvido.

As atividades previstas no âmbito deste projeto visaram dar cumprimento aos objetivos consolidados para a capacitação da UMP:

- a) Realizar ações, iniciativas e atividades que visem a capacitação institucional da União das Mutualidades Portuguesas e, conseqüentemente, das suas Associadas;
- b) Realizar ações, iniciativas e atividades que visem a cooperação e o trabalho em rede, aos níveis nacional e internacional;
- c) Implementar e desenvolver ações de análise, troca de experiências e boas práticas no seio da Economia Social e Solidária, particularmente do Movimento Mutualista Português e Internacional;
- d) Desenvolver ferramentas de base web de comunicação, gestão e partilha de dados entre os membros associativos desta União, e bem assim, das suas relações institucionais e comunidade em geral;
- e) Realizar ações, iniciativas e atividades difusoras do Movimento Mutualista no seio da Economia Social e Solidária Portuguesa e Internacional;
- f) Aumentar a proporção de indivíduos participativos no Movimento Mutualista, nomeadamente nas atividades dinamizadas pela UMP;
- g) Potenciar a melhoria do desempenho da UMP, resultante no reconhecimento e grau de satisfação com o desempenho da mesma pelas suas Associadas.

Considerando a melhoria de práticas anteriores, a valorização dos recursos alavancados, a multiplicação de parcerias e a potenciação de mais benefícios, para as nossas associadas e para o movimento mutualista, o projeto Mutualismo – Da Herança ao Futuro reforçou o incremento de iniciativas participadas e impulsionadoras de cidadania, cooperação e trabalho em rede (encontros, jornadas, congressos, reuniões, seminários...) e o empenho em diferentes formas de difusão de boas práticas e experiências de sucesso e de promoção da UMP e do Movimento Mutualista português.

51%

**DIMINUIÇÃO
DO PASSIVO**

O relatório de avaliação final, permitiu-nos aferir que o conhecimento deste projeto é superior ao do projeto anterior (UMP MEA). De facto, são mais 12% de associadas que conhecem este projeto.

Permitiu-nos igualmente aferir um reconhecimento da melhoria do desempenho da UMP. Por outras palavras, existe evidência estatística suficiente para afirmar que quanto maior o grau de conhecimento do projeto Mutualismo – Da Herança ao Futuro por parte das associadas da UMP, maior é o seu reconhecimento de que o desempenho da UMP melhorou e mais positiva é a sua avaliação global do desempenho da UMP enquanto gestora e promotora do projeto Mutualismo – Da Herança ao Futuro.

3.2 Centro Infantil Dr. António da Costa Leal

O Centro Infantil Dr. António da Costa Leal (CIDACL) continuou a ser, durante o ano de 2022, uma aposta da UMP. A gestão desta Creche, localizada na freguesia de Santa Clara/concelho de Lisboa, consubstancia os valores de proteção, solidariedade, inclusão e igualdade defendidos pelo movimento mutualista. Efetivamente, considerando que este equipamento social se encontra implantado num território com múltiplas fragilidades socioeconómicas, foi fundamental para a UMP reforçar o sentido de responsabilidade e de dever social, assumindo com as famílias o compromisso não apenas de acolher as suas crianças, mas também de lhes proporcionar resposta às suas necessidades, aprendizagens significativas e condições para o seu pleno desenvolvimento.

O ano de 2022 revelou-se um período de transição no que diz respeito a algumas matérias relacionadas com o funcionamento desta resposta social. Por um lado, o abrandamento das contingências resultantes da pandemia permitiu a toda a comunidade educativa a retoma gradual à normalidade e uma consequente readaptação à mesma.

Por outro lado, com a concretização da medida da gratuidade das creches do setor social e solidário, verificaram-se alterações respeitantes ao modelo de financiamento existente, bem como aos critérios de admissão e priorização para ocupação das vagas. Salienta-se que esta medida possibilitou que, já no início do ano letivo 2022/2023, o número total de vagas fosse ocupado, atingindo-se assim o limite máximo da capacidade autorizada para este estabelecimento.

Ademais, esta alteração originou a contratação de mais 2 profissionais, pelo que se totalizam atualmente 17 recursos humanos afetos a este equipamento social, que diariamente assumem uma postura dedicada e comprometida, o que confere rigor e qualidade dos serviços prestados.

Ao longo deste período, o CIDACL procurou reforçar os níveis de confiança com as famílias das crianças e parceiros institucionais, bem como potenciar relações de parceria com outras entidades, que

facilitaram o cumprimento da missão social desta creche. Destaca-se o prémio recebido resultante da candidatura ao Programa Bairro Feliz, do Pingo Doce, que permitiu apetrechar os vários espaços institucionais com mais brinquedos e equipamentos. Um outro exemplo é a formalização de protocolos de estágio com escolas e universidades (Escola Gustave Eiffel, Instituto Superior de Educação e Ciências), que tem possibilitado aumentar a visibilidade institucional no meio escolar e académico, bem como contribuir para o percurso curricular destes alunos estagiários.

O ano de 2022 foi também importante no que diz respeito à articulação mais estreita e eficaz com a Câmara Municipal de Lisboa que, enquanto entidade proprietária do edificado, realizou alguns trabalhos de reparação e conservação nos espaços exteriores da instituição.

A UMP, na qualidade de entidade gestora deste equipamento social, acautelou a manutenção necessária dos materiais e equipamentos pertencentes ao CIDACL, assim como as articulações/adjudicações com os respetivos fornecedores. Para além disso, adquiriu os recursos que se revelaram fundamentais ao conforto, segurança e bem-estar de todas as crianças acolhidas.

Efetivamente, o CIDACL continua a ser uma resposta de excelência no que concerne ao apoio à primeira infância no concelho de Lisboa. Esta resposta social proporciona diariamente a cada criança descobertas, explorações e experiências diversificadas, respeitando sempre as suas características individuais, num contexto acolhedor e estimulante. A ação desta creche, alicerçada nos ideais e princípios mutualistas, complementa e consolida o trabalho desenvolvido pela União das Mutualidades Portuguesas.

3.3 Aquisição de património imobiliário

Considerando a dimensão que a UMP atingiu, e impondo-se a necessidade de arrendar espaços para instalar a sua sede e os seus serviços, o Conselho de Administração propôs e a Assembleia Geral aprovou a aquisição de um imóvel, na cidade de Esmoriz, para esse efeito. A escritura foi celebrada a 22 de dezembro no Cartório Notarial de Ovar.

3.4 Planeamento Estratégico

Em 2022, concluiu-se o processo de reflexão estratégica com a aprovação, pelo Conselho de Administração (CA), do Plano Estratégico 2022-2024 da UMP, que começou a ser executado pelos diferentes gabinetes, com monitorização do CA.

3.5 Gabinete de Formação

No âmbito da recente criação do Gabinete de Formação da UMP, foram realizadas ações de formação certificadas, dirigidas nesta primeira fase aos trabalhadores da União.

Considerando a certificação, enquanto entidade formadora, pela DGERT para as áreas: 090 - Desenvolvimento pessoal; 312 - Sociologia e outros estudos; 342 - Marketing e publicidade; 344 - Contabilidade e fiscalidade; 345 - Gestão e administração; 346 - Secretariado e trabalho administrativo; 380 - Direito; 482 - Informática na ótica do utilizador; 761 - Serviços de apoio a crianças e jovens; 762 - Trabalho social e orientação; 862 - Segurança e higiene no trabalho, pretende-se desenvolver respostas formativas que vão também ao encontro das necessidades das Associadas contribuindo assim para a sua capacitação. O Gabinete de Formação foi ainda envolvido no processo de definição das regras e procedimentos dos

Programas de Formação Financiada, Valorizar Social, cujo o objetivo principal é o reforço, a médio e a longo prazo, da qualidade das respostas das instituições sociais aos cidadãos, nomeadamente, em estruturas residenciais para idosos, serviços de apoio domiciliário a pessoas idosas, serviços de acolhimento de pessoas com deficiência e incapacidade, crianças e jovens em risco, entre outras, através da capacitação e qualificação dos respetivos recursos humanos, bem como daqueles que virão a integrar os quadros das instituições, melhorando as respetivas competências pessoais e profissionais mediante um plano de formação adequado à realidade do mercado de trabalho, potenciando, deste modo, a empregabilidade no setor social, e Emprego + Digital que visa a formação e (re)qualificação de ativos empregados, através da frequência de percursos de formação profissional na área digital. A execução, de ambos estes programas, decorrerá durante o ano de 2023, perspetivando-se a sua continuidade.



IV. COMUNICAÇÃO E IMAGEM

4. COMUNICAÇÃO E IMAGEM

No quadro da Missão da UMP, a comunicação assume-se como um vetor estratégico no sentido de mostrar a força e a pertinência dos fundamentos, valores e da ação do mutualismo na sociedade contemporânea, sustentadas em alicerces sólidos de oito séculos ao lado dos portugueses.

Nesse contexto, tem sido reforçada a aposta neste vetor, através de um plano de comunicação que procura enfatizar, junto do público, da imprensa, das Associadas e dos seus stakeholders, o papel e a ação do movimento mutualista naquelas que são as suas áreas de intervenção, e criar uma imagem institucional forte.

Para além da consolidação de projetos lançados nos últimos anos, em 2022 foram lançadas novas publicações, intensificada a produção de materiais audiovisuais e significativamente melhorada a relação institucional com a imprensa.

4.1 Plataformas de comunicação

4.1.1 Multimédia

A UMP deu seguimento e reforçou significativamente a aposta que iniciou em 2021 na produção multimédia, dirigida não só às redes sociais, como aos outros meios de comunicação que utiliza regularmente.

4.1.1.1 Mutual XXI

O Gabinete de Comunicação e Imagem produziu, com recursos humanos, técnicos e logísticos próprios, nove episódios do programa Mutual XXI (oito dos quais já emitidos), que divulga, em género reportagem em vídeo, uma Associação Mutualista, as suas atividades, a sua ligação e envolvimento com a comunidade, através de testemunhos de dirigentes, colaboradores e associados. Em 2022 foram exibidos os episódios referentes às seguintes associações mutualistas: AM Modivas; A Previdência Portuguesa; ASM Benaventense; ASM Freamundense; ASM São Bento das Peras de Rio Tinto; ASMFNSA Valadares; ASMECI; ASM Moreira da Maia. Estes episódios foram divulgados através das redes sociais (Facebook, Instagram, LinkedIn, Whats'aap e Youtube), site, junto das associações mutualistas e da comunicação regional.

4.1.1.2 Outras produções e reportagens em vídeo

A UMP reforçou a sua aposta na produção própria de conteúdos de vídeo, procurando com isso dinamizar também as suas redes sociais e o canal de Youtube Mutualidades Portuguesas. Em 2021, com recursos próprios, realizou 80 vídeos, destacando-se:

- Reportagens e entrevistas alusivas à Conferência Internacional Proteção Social e Mutualismo e reuniões com as autoridades de São Tomé e Príncipe;
- Reportagens e entrevistas alusivas a eventos da UMP (Dia Nacional do Mutualismo, Encontro Nacional de Dirigentes Mutualistas, Reunião Anual de Presidentes Mutualistas, entre outros);
- Reportagens sobre reuniões com as Câmaras Municipais do Porto, Coimbra, Matosinhos, Maia, Gondomar, Paços de Ferreira e Espinho;

- Entrevistas aos investigadores José Alberto Pitacas e Deolinda Meira;
- Reportagem sobre Protocolo com ISCAP/Porto e entrevistas com investigadora Deolinda Meira e Aluno de Mestrado que constituiu uma Associação Mutualista;
- Biografias:
 - o António Costa (Prémio Cidadania e Solidariedade)
 - o Juan Antonio Pedreño (Prémio Mutualismo e Solidariedade Internacional)
 - o José Carvalho (Prémio Mutualismo e Solidariedade)
 - o Luciano Seromenho (Prémio Mutualismo e Solidariedade);
- Vídeos promocionais das Candidaturas ao Prémio Inovar Para Melhorar;
- Chama Mutualista (resenha da edição);
- Vídeos promocionais dos Candidatos ao Prémio Trabalhador do Ano;
- Mensagem de Natal UMP;
- Mensagem de Ano Novo do Presidente do Conselho de Administração;

4.1.2 Publicações

4.1.2.1 Edição de Livros

Dando sequência à aposta no reconhecimento e valorização do Mutualismo, a UMP editou várias publicações baseadas nas investigações encomendadas a conceituados investigadores, sobre a História do Mutualismo e o papel e os desafios do Movimento Mutualista na sociedade portuguesa:

- Apresentação do livro “História do Mutualismo nas Ex-Colónias Portuguesas”, de Joana Dias Pereira e Rui Henriques, Universidade Nova de Lisboa, na Reunião Anual de Presidentes Mutualistas.
- Produção e apresentação do livro “Breve História do Mutualismo em Portugal”, de Álvaro Garrido, Universidade de Coimbra, no Dia Nacional do Mutualismo.
- Produção da publicação em livro das investigações:
 - o Estudo de Caracterização do Movimento Mutualista em Portugal, coordenado por Luís Capucha, ISCTE, Lisboa;
 - o As Organizações Mutualistas na Sociedade Portuguesa do Século XXI, coordenado por Teresa Fernandes, Universidade de Aveiro.

Estes livros são distribuídos gratuitamente pelas Associações Mutualistas, membros do Governo, bibliotecas municipais e universitárias do Continente e Ilhas e estudiosos nas temáticas relacionadas com a economia social.

4.1.2.2 Edição de Anuário das Mutualidades

No início de 2022, a UMP procedeu ao lançamento de uma nova publicação: o anuário “Mutualidades Portuguesas”, que elenca dados sobre cada uma das Associadas e o movimento mutualista em Portugal.

No sentido de atualizar a base de dados das filiadas, foi criado um questionário online que anualmente será preenchido e submetido pelas Associações, com informação institucional, dados da sua atividade e modalidades de benefícios.

Com base nessa informação recolhida e com conteúdos diversificados sobre o mutualismo em Portugal, foi preparada, pelo Gabinete de Comunicação e Imagem, a edição de 2023, publicada em janeiro.

4.1.2.3 Revista Mut

A UMP editou o n.º 14 da revista anual MUT, apresentando como grande destaque uma entrevista de fundo ao Primeiro-Ministro, António Costa, privilegiando a abordagem de matérias relacionadas com o mutualismo e as políticas públicas na área social.

4.1.2.4 Correio Mutualista

A newsletter Correio Mutualista afirmou-se como um suporte privilegiado de comunicação da UMP com os seus *stakeholders* e com o público, disponibilizando semanalmente informação-síntese sobre a sua atividade, a das suas Associadas e da economia social. Cada edição chega a 3.550 subscritores e reporta, ainda, informações de caráter técnico, como novidades legislativas, regulamentos, normas e orientações, candidaturas a financiamentos e prémios, agenda de eventos, aniversários das filiadas e uma revista da imprensa.

4.1.3 Sites

A UMP assegurou a gestão do *site* mutualismo.pt, tendo resolvido alguns constrangimentos de ordem técnica que condicionavam a acessibilidade dos visitantes e penalizavam o desempenho da página. Complementarmente, procedeu-se a ajustamentos na estrutura, de forma a otimizar os conteúdos presentes na *homepage* e simplificar a navegação dos visitantes. Durante o ano de 2022, foram introduzidos 491 novos conteúdos e registadas perto de 70.000 visitas.

Com o objetivo de valorizar as comemorações do Dia Nacional do Mutualismo (DNM), reformulou-se completamente o site dnm.mutualismo.pt, introduzindo um novo *template*, mais impactante e dinâmico, com mais conteúdos textuais e visuais, que valorizaram a comunicação daquele que é o maior evento organizado pela UMP.

No âmbito do plano de comunicação da Conferência Internacional Mutualismo e Proteção Social, realizada em São Tomé e Príncipe, foi criado o site conferenciastp.mutualismo.com, onde se concentrou o maior volume de informação e evidências não só do evento, como das múltiplas ações desenvolvidas pela UMP durante a sua missão naquele território.

Em setembro, foi criado um terceiro site - beyondneet.mutualismo.pt - que tem como objetivo central comunicar as atividades realizadas em Portugal e na Irlanda e informações referentes ao projeto Beyond Neet, desenvolvido pelo consórcio UMP e a organização irlandesa *Irish Rural Link*, enquadrado no programa internacional “Erasmus +”.

O Gabinete de Comunicação e Imagem assegurou ainda a gestão e atualização dos *sites* dos demais eventos organizados pela UMP - rapm.mutualismo.pt, endm.mutualismo.pt, enmm.mutualismo.pt e jornadas.mutualismo.pt.

4.1.4 Redes Sociais

A UMP assegurou a gestão das redes sociais onde marca presença e onde publica conteúdos sobre atividades e eventos da UMP e do Movimento Mutualista, divulga as associações mutualistas; os fundamentos, princípios e valores, a história e áreas de intervenção do mutualismo.

Em 2022, reforçou-se a aposta nos conteúdos de vídeo e imagem que constituíram âncoras para o desempenho das páginas de *Facebook*, *Instagram* e *LinkedIn*, que registaram um aumento do número de seguidores.

Foram efetuadas 623 publicações na página de *Facebook*, 277 no *Instagram*, 126 no *LinkedIn* e 64 no canal de *Youtube* Mutualidades Portuguesas. A presença no Facebook foi a que alcançou mais público.

4.2 Redes Sociais

A UMP aumentou a sua exposição na imprensa e televisão (nacionais e internacionais), pela relevância do seu desempenho na representação do Movimento Mutualista, em resultado da sua participação ativa na preparação de um vastíssimo leque de medidas públicas direcionadas ao setor social, reuniões e eventos com membros do governo, e na missão que realizou em São Tomé e Príncipe, que incluiu a organização de uma conferência internacional sobre Mutualismo e Proteção Social e reuniões com autoridades, instituições sociais e de ensino superior São-tomenses.

Outro indicador que evidencia uma maior notoriedade na comunicação social é a crescente abordagem da imprensa no sentido de registar a posição da UMP sobre temas da atualidade, dos quais sublinhamos nomeadamente:

- Matérias relativas ao Compromisso de Cooperação para o Setor Social e Solidário;
- Apoios ao acolhimento e integração de migrantes;
- Plano de Recuperação e Resiliência;
- Gratuidade das Creches;
- Reconversão de equipamentos sociais para ampliação de lugares de creche;
- Impacto do aumento dos custos da energia, combustíveis e bens alimentares nas instituições sociais.

A UMP produziu e enviou *press-releases* sobre as suas iniciativas e eventos, que tiveram repercussão na imprensa nacional e regional (notícias, reportagens e entrevistas); propôs a abordagem de várias matérias às Redações, que originaram artigos de grande relevância para o movimento mutualista, como os publicados pelo Jornal de Notícias e pela Agência Lusa (disseminados por muitos outros OCS) em torno do Estudo de Caracterização do Movimento Mutualista em Portugal.

4.3 Trabalhos Criativos e Merchandise

O Gabinete de Comunicação e Imagem produziu trabalhos criativos e de design necessários para:

- Divulgação e promoção dos eventos e iniciativas da UMP: convites, brochuras digitais, diplomas, imagens/*layouts* (para suportes comunicacionais - *banners* publicitários, fotos de capa de *Facebook*, imagens institucionais, postais comemorativos, entre outros);
- Publicações impressas (livros editados pela UMP: “História do Mutualismo nas Ex-Colónias”, “Breve História do Mutualismo”, “Estudo de Caracterização do Movimento Mutualista em Portugal” e “Organizações Mutualistas na Sociedade Portuguesa do Século XXI”, revista Mut e anuário “Mutualidades Portuguesas 2023”)

Sob a sua responsabilidade esteve também a criação do design da linha de *merchandise* 2022 da UMP, concebida preferencialmente em materiais recicláveis e/ou ambientalmente sustentáveis.

Notebooks, pastas, esferográficas, lápis infinitos, garrafa térmica e sacos foram alguns dos produtos que compuseram a linha de *merchandise* neste período.

4.4 Comunicação Interna

Ao longo de todo o ano, a UMP tem procurado fazer chegar especificamente às suas Associadas informações relevantes sobre a sua atividade, os seus eventos, informações técnicas e legislativas, recomendações e orientações. Para além dos demais canais de comunicação utilizados regularmente, foram expedidos 89 comunicados.

4.5 Webinars de Comunicação

Em 2022, a UMP dinamizou um ciclo de cinco *Webinars* Comunicar Mutualidades, com o objetivo de partilhar experiências e boas práticas com e entre dirigentes, responsáveis de comunicação, técnicos e colaboradores das Associações Mutualistas. Ferramentas Gratuitas de Edição de Vídeo, *Email Marketing*, Criação de Conteúdos em Vídeo e Divulgação de Eventos, foram as temáticas desenvolvidas.

89

AVISOS E COMUNICADOS
ÀS FILIADAS



V. INTERNACIONA- LIZAÇÃO

5.1 UMM - União Mundial das Mutualidades

Enquanto Vice-Presidente do Conselho de Administração e membro do Comité Intercontinental da UMM, em representação do Continente Europeu, a UMP participou em diferentes ações levadas a cabo pela União Mundial das Mutualidades, no decorrer do ano de 2022.

No dia 03 de novembro, participou na IV Assembleia Geral Ordinária da UMM, que se realizou em Buenos Aires, Argentina. Nesta AG foram analisados e colocados à votação da Assembleia o Relatório e Contas e Parecer do Conselho Fiscal, tendo os documentos sido aprovados. Foi também definido que a próxima Assembleia Geral, seria realizada num dos restantes países representados na UMM.

No âmbito desta deslocação, a UMP participou no Encontro Internacional do Mutualismo, “Os cuidados de saúde como pilar da proteção social”. Este encontro, que se realizou em Buenos Aires, contou com a participação de representantes americanos, europeus e africanos, autoridades governamentais e especialistas no assunto. Este evento teve como objetivos: dar visibilidade ao mutualismo a nível mundial, contribuindo para o seu fortalecimento como sistema solidário, eficaz e sustentável, que contribui para o desenvolvimento humano, promover a UMM e impulsionar a colaboração com os governos.

No encerramento, foi efetuada uma homenagem ao falecido Presidente Alfredo Sigliano, durante a qual foi entregue à sua esposa o Prémio Mutualismo e Solidariedade, atribuído pela UMP a título póstumo.

Durante o presente ano, a UMP participou ainda, presencialmente ou através de videoconferência em quatro reuniões do Comité Intercontinental, onde foram analisados e discutidos os assuntos de interesse da gestão e expansão da UMM.

5.2 CESE - Conselho Económico e Social Europeu

No âmbito da sua representação neste órgão consultivo da União Europeia, a UMP faz parte do Grupo das Organizações da Sociedade Civil (Grupo III) e da respetiva mesa. Este grupo é composto por outros atores representativos da sociedade civil, em especial nos domínios socioeconómico, cívico, profissional e cultural. O objetivo do Grupo das Organizações da Sociedade Civil é a realização de uma verdadeira democracia económica, social e participativa europeia.

A UMP faz parte e foi envolvida nos trabalhos dos seguintes grupos e secções do CESE:

- Categoria da Economia Social - é constituída por membros provenientes do Grupo Diversidade Europa e do Grupo dos Empregadores, representando mutualidades, cooperativas, associações, fundações e ONG de ação social.
- A Secção INT - Secção Especializada do Mercado Único, Produção e Consumo - trata de domínios de política relacionados com a indústria, a concorrência, os serviços, as pequenas e médias empresas (PME) e as empresas da economia social. Tem igualmente como função debater e adotar pareceres sobre a investigação e a inovação, a defesa dos consumidores, as tendências económicas emergentes, tais como a economia colaborativa, e as políticas do mercado único em geral.
- A Secção SOC - Secção Especializada de Emprego, Assuntos Sociais e Cidadania - prepara os trabalhos do CESE numa série de domínios de intervenção que incluem o emprego e

as condições de trabalho, a educação e a formação, a migração e o asilo, os direitos fundamentais e os direitos dos cidadãos e outras questões sociais, como a política social e a pobreza, a igualdade de género, questões relacionadas com a deficiência, a inclusão dos ciganos, a saúde, a justiça e os assuntos internos (incluindo a imigração).

Durante o ano de 2022, fez ainda parte dos grupos de Estudo, SOC/728 – Avaliação da UE da perspetiva dos jovens, CCMI/191 – Circularidade e transição justa na indústria e da Conferência sobre a economia social.

De forma a cumprir o seu dever para com esta instituição Europeia, de forma presencial ou à distância, no ano de 2022, a UMP esteve representada em 47 reuniões de trabalhos/iniciativas promovidas pelo CESE.

5.3 Cooperação com Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)

5.3.1 Cooperação com São Tomé e Príncipe

A Conferência Internacional “O papel da proteção social complementar para a realização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em São Tomé e Príncipe: o caso do mutualismo” foi uma iniciativa organizada pela UMP, em parceria com A Mutualidade de Santa Maria – Associação Mutualista, Federação das Organizações Não Governamentais de São Tomé e Príncipe, Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa e a Universidade de São Tomé e Príncipe.

Com uma longa tradição em países como Portugal, o mutualismo é um modelo de previdência e proteção social sustentável e muito pertinente em contextos em que os Estados têm dificuldade em assegurar a totalidade das necessidades das suas populações, já que disponibilizam aos seus associados e famílias, diferentes modalidades de benefícios complementares à segurança social (pensões de reforma, de invalidez e sobrevivência, rendas vitalícias, capitais para jovens e a prazo e subsídios de desemprego, maternidade e outros) e saúde (assistência médica, enfermagem e medicamentosa, através do seu corpo clínico ou através de protocolos e acordos de cooperação com serviços oficiais, outras mutualidades ou com entidades privadas).

Assim, a conferência procurou compreender como pode este modelo económico e social complementar dos sistemas públicos de previdência e proteção social contribuir para o combate à pobreza em São Tomé e Príncipe, num contexto de forte apelo das agências internacionais para o investimento na proteção social como forma de redução das desigualdades.

Para além da conferência, da missão naquele país, constou ainda a realização de reuniões com ministros e classe política santomenses das áreas do trabalho, educação, saúde, agricultura, juventude, economia e defesa, que culminou numa audiência com o então Primeiro-ministro, Jorge Bom Jesus, que incluiu a Assinatura de um Protocolo de Cooperação entre a UMP e o Governo de São Tomé e Príncipe. Pretendeu-se com este segundo momento sublinhar as principais conclusões da conferência e firmar compromissos conducentes à adoção de práticas e dinâmicas organizacionais com base no modelo mutualista no contexto santomense. Durante esta segunda fase de intervenção, a UMP foi ainda recebida em audiência pelo Presidente da República de São Tomé e Príncipe, Carlos Vila Nova e pelo então Presidente da Assembleia Nacional, Delfim Neves.

A delegação da UMP teve ainda oportunidade de se encontrar com diversas organizações da sociedade civil local onde foram discutidas as principais conclusões e debatida a possibilidade da realização de uma segunda conferência. Foram ainda apresentados alguns dos projetos que a UMP pretende vir a desenvolver em STP, onde estas organizações também se mostraram disponíveis para colaborar. Os representantes das organizações santomenses apresentaram ainda parte do trabalho desenvolvido, bem como os principais constrangimentos no desenvolvimento de projetos sociais. A delegação da UMP foi ainda recebida pelo Embaixador de Portugal, Rui Carmo e pela representante da Cooperação, Paula Pereira. Nesta reunião foram apresentados os objetivos da realização da conferência e os possíveis projetos da UMP em STP. Foram ainda debatidas as diferentes formas de financiamento, a considerar para cada um dos projetos sociais discutidos.

5.3.2 Cooperação com Angola

A realização da conferência em São Tomé e Príncipe permitiu-nos reforçar e estabelecer novos contactos com os representantes das mutualidades Angolanas, que se deslocaram expressamente para participar no evento. No sentido de retomar estes contactos e contribuir para o fortalecimento do movimento mutualista também em Angola, foi apresentada uma candidatura ao Instituto Camões, para a realização de uma conferência também neste país. Com a realização desta ação perspectiva-se promover as relações bilaterais entre Portugal e Angola na área da proteção social, divulgar as potencialidades do modelo mutualista para a concretização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em Angola. A conferência tem como resultados esperados o aumento do conhecimento sobre a estrutura do modelo mutualista, benefícios e a sua complementaridade com os sistemas de proteção social obrigatória, o aumento da sensibilização das entidades governamentais angolanas para as vantagens da delegação de competências em matéria de proteção social na sociedade civil.

5.4 ERASMUS + “BEYOND NEET: Promoção da Inclusão Social de Jovens através do Voluntariado”

Realizado em consórcio com um parceiro irlandês – IRL, Irish Rural Link. É uma iniciativa no quadro da União Europeia do Ano Europeu da Juventude que pretende efetuar um conjunto de atividades com Jovens que Não Trabalham, Não Estudam, Não estão em Formação (NEET – Not Employed, Not in Education, Not in Training). Tem como principal objetivo capacitar as Organizações da Sociedade Civil (OSC) na área do voluntariado inclusivo com vista a aumentar a participação cívica de atuais ou potenciais jovens NEET.


Da implementação deste projeto espera-se:

- uma maior divulgação das vantagens do voluntariado para os jovens NEET;
- a formalização e qualificação do trabalho voluntário em Organizações da Sociedade Civil europeias;
- o aumento da capacitação do consórcio na área do voluntariado inclusivo;
- o aumento da qualidade dos serviços prestados pelo consórcio às suas entidades associadas e a
- criação de redes transnacionais no setor da juventude.

Diversas atividades irão ocorrer ao longo de 12 meses de projeto, iniciado em setembro de 2022, que permitirão criar um maior conhecimento das condicionantes, necessidades e expectativas de jovens europeus NEET na área do voluntariado, bem como pelo maior conhecimento das necessidades e expectativas das OSC associadas ao consórcio na área do voluntariado, promovendo a mudança organizacional (através da formação a técnicos na área do Voluntariado) e reforçando a cooperação transnacional no setor da juventude.

Ocorreu a 21 de novembro em Portugal e a 1 de dezembro na Irlanda um workshop com jovens Neet com a participação de 35 jovens, numa amostra para levantamento de informação pertinente aos objetivos do projeto, bem como para os formar em voluntariado.

Como peça fundamental de diagnóstico, foi lançado um Questionário sobre Voluntariado às associadas do Consórcio a 5 de dezembro para levantamento das questões determinantes para a definição de um programa de formação às OSC a elas dirigidas.



VI. RESULTADO LÍQUIDO E PROPOSTA DE APLICAÇÃO

VI. RESULTADO LÍQUIDO E PROPOSTA DE APLICAÇÃO

As Demonstrações Financeiras da União das Mutualidades Portuguesas (UMP) foram elaboradas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativo (SNC-ES-NL), composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho;
- NCRF-ESNL - Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho;
- Declaração de retificação n.º 916/2015;
- Código das Associações Mutualistas – Decreto-Lei n.º 59/2018, de 2 de agosto; e
- Normas Interpretativas (NI).

Em 2022, a União das Mutualidades Portuguesas apresentou um resultado líquido positivo global de Euro: 247.858,39. Este resultado é formado, por um lado, pelo resultado líquido positivo inerente à atividade normal da UMP no valor de Euro: 127.729,53, bem como pelo resultado líquido positivo registado no estabelecimento “Centro Infantil Dr. António da Costa Leal”, explorado pela União das Mutualidades Portuguesas e que prossegue a resposta social “Creche” no valor de Euro: 120.128,86.

Considerando que, com a adoção do SNC-ESNL, as demais informações de natureza económica e financeira se encontram explicadas com grande detalhe no Anexo às Demonstrações Financeiras, para o mesmo se remete a explicação da formação dos resultados líquidos de 2022 e sua comparação com os resultados do ano anterior.

Por último, e à semelhança do praticado em anos anteriores, o Conselho de Administração propõe às Excelentíssimas Associadas que o resultado do exercício de 2022, no montante de Euro: **247.858,39**, seja aplicado nos termos dos Estatutos.



VII. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

VII. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

UNIÃO DAS MUTUALIDADES PORTUGUESAS BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	PERIODO	
		31.12.2022	31.12.2021
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	196 130,72	17 729,75
Ativos intangíveis	6	230,38	789,00
Investimentos financeiros	16.1	26 920,91	31 583,87
Sub-total		223 282,01	50 102,62
Ativo corrente			
Créditos a receber	16.3	114 561,38	309 219,44
Estado e outros Entes Públicos	16.7	669,70	495,84
Associados	16.2	224,87	224,87
Diferimentos	16.4	3 595,43	1 026,63
Caixa e depósitos bancários	16.5	350 754,86	254 878,57
Sub-total		469 806,24	565 845,35
Total do ativo		693 088,25	615 947,97
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	16.9	212 497,57	59 818,19
Resultados transitados	17.9	0,00	0,00
Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	16.9	70 922,63	70 922,63
Resultado Líquido do período	16.9	247 858,39	152 679,38
Total dos fundos patrimoniais		531 278,59	283 420,20
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	7	0,00	0,00
Subtotal		0,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores	16.6	11 041,08	7 739,55
Estado e outros Entes Públicos	16.7	22 359,61	26 711,10
Financiamentos obtidos	7	0,00	0,00
Diferimentos	16.4	1 803,42	2 775,27
Outros passivos correntes	16.8	126 605,55	295 301,85
Subtotal		161 809,66	332 527,77
Total do passivo		161 809,66	332 527,77
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		693 088,25	615 947,97

O Conselho de Administração:

Luís Alberto de Sá e Silva
José Santos Almeida
João Filipe Cardoso Esteves
Luís Filipe de Mendonça Cristina de Barros
Augusto Manuel Fraga Magalhães Abreu

O Contabilista Certificado:

Jorge Pedro do Vale Martins
C.C. 27 958

UNIÃO DAS MUTUALIDADES PORTUGUESAS
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2022	2021
Vendas e serviços prestados	8	106 036,14	89 110,81
Subsídios, doações e legados à exploração	8 e 10	988 066,35	886 902,20
Fornecimentos e serviços externos	16.10	(290 661,05)	(326 268,13)
Gastos com o pessoal	14	(529 664,63)	(460 885,13)
Provisões específicas (aumentos/reduções)	8	12 917,36	
Outros rendimentos	8 e 16.11	18 610,70	6 775,96
Outros gastos	16.12	(41 210,35)	(33 431,77)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		264 094,52	162 203,94
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5 e 6	(13 225,85)	(7 648,46)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		250 868,67	154 555,48
Juros e rendimentos similares obtidos	8 e 16.13	6,12	6,12
Juros e gastos similares suportados	16.13	(3 016,40)	(1 882,22)
Resultados antes de impostos		247 858,39	152 679,38
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		247 858,39	152 679,38

O Conselho de Administração:

Luís Alberto de Sá e Silva
 José Santos Almeida
 João Filipe Cardoso Esteves
 Luís Filipe de Mendonça Cristina de Barros
 Augusto Manuel Fraga Magalhães Abreu

O Contabilista Certificado:

Jorge Pedro do Vale Martins
 C.C. 27 958

UNIÃO DAS MUTUALIDADES PORTUGUESAS
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES
 Período Findo em 31 de Dezembro de 2022

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	União das Mutualidades	Centro Infantil Dr. António da Costa Leal	POISE 2020 - 03-4639-FSE-000846	PERÍODOS	
				2022	2021
Vendas e serviços prestados	16 797,60	89 238,54	0,00	106 036,14	89 110,81
Custo das vendas e dos serviços prestados				0,00	0,00
Resultado bruto	16 797,60	89 238,54	0,00	106 036,14	89 110,81
Subsídios, doações e legados à exploração	358 800,35	352 322,81	276 943,19	988 066,35	886 902,20
Provisões específicas (aumentos/reduções)	12 917,36			12 917,36	
Outros rendimentos	17 773,59	843,23		18 616,82	6 782,08
Gastos administrativos:	(228 240,30)	(319 918,15)	(272 167,23)	(820 325,68)	(787 153,26)
Fornecimentos e serviços externos	(115 466,66)	(60 967,71)	(114 226,68)	(290 661,05)	(326 268,13)
Gastos com pessoal	(112 773,64)	(258 950,44)	(157 940,55)	(529 664,63)	(460 885,13)
Outros gastos:	(47 302,67)	(2 357,57)	(4 775,96)	(54 436,20)	(41 080,23)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(8 074,49)	(1 363,45)	(3 787,91)	(13 225,85)	(7 648,46)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	0,00			0,00	0,00
Outros gastos	(39 228,18)	(994,12)	(988,05)	(41 210,35)	(33 431,77)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	130 745,93	120 128,86	0,00	250 874,79	154 561,60
Gastos de financiamento (líquidos)	(3 016,40)	0,00	0,00	(3 016,40)	(1 882,22)
Resultados antes de impostos	127 729,53	120 128,86	0,00	247 858,39	152 679,38
Imposto sobre o rendimento do período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado líquido do período	127 729,53	120 128,86	0,00	247 858,39	152 679,38

O Conselho de Administração:

Luis Alberto de Sá e Silva
 José Santos Almeida
 João Filipe Cardoso Esteves
 Luís Filipe de Mendonça Cristina de Barros
 Augusto Manuel Fraga Magalhães Abreu

O Contabilista Certificado:

Jorge Pedro do Vale Martins
 C.C. 27 958

UNIÃO DAS MUTUALIDADES PORTUGUESAS

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2022

Unidade Monetária: Euros

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade				Total
		Fundos	Resultados Transitados	Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2022	1	59 818,19	0,00	70 922,63	152 679,38	283 420,20
ALTERAÇÕES NO PERÍODO Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	2	152 679,38	0,00		(152 679,38)	0,00
		152 679,38	0,00	0,00	(152 679,38)	0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3				247 858,39	247 858,39
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3				95 179,01	247 858,39
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO	5	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2022	6=1+2+3+5	212 497,57	0,00	70 922,63	247 858,39	531 278,59

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2021

Unidade Monetária: Euros

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade				Total
		Fundos	Resultados Transitados	Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2021	6	(47 235,61)	(30 537,27)	70 922,63	137 591,07	130 740,82
ALTERAÇÕES NO PERÍODO Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	7	107 053,80	30 537,27	0,00	(137 591,07)	0,00
		107 053,80	30 537,27	0,00	(137 591,07)	0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8				152 679,38	152 679,38
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8				15 088,31	152 679,38
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO	10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2021	6+7+8+10	59 818,19	0,00	70 922,63	152 679,38	283 420,20

O Conselho de Administração:

Luís Alberto de Sá e Silva
 José Santos Almeida
 João Filipe Cardoso Esteves
 Luís Filipe de Mendonça Cristina de Barros
 Augusto Manuel Fraga Magalhães Abreu

O Contabilista Certificado:

Jorge Pedro do Vale Martins
 C.C. 27 958

UNIÃO DAS MUTUALIDADES PORTUGUESAS
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de associados e utentes		106 036,14	89 110,81
Recebimentos de subsídios		988 066,35	886 902,20
Pagamentos a fornecedores		(287 359,52)	(315 762,24)
Pagamentos ao pessoal		(533 790,39)	(455 295,28)
Caixa gerada pelas operações		272 952,58	204 955,49
Pagamentos/recebimentos do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos/pagamentos		(341 892,55)	(255 434,46)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		(68 939,97)	(50 478,97)
Fluxos de caixa das atividade de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Ativos fixos tangíveis</i>		(188 295,82)	(14 663,56)
<i>Ativos intangíveis</i>		(2 772,38)	(39,39)
<i>Investimentos financeiros</i>		0,00	(2 908,52)
Recebimentos provenientes de:			
<i>Investimentos financeiros</i>		4 662,96	0,00
<i>Juros e rendimentos similares</i>		6,12	6,12
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(186 399,12)	(17 605,35)
Fluxos de caixa das atividade de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
<i>Financiamentos obtidos</i>		177 115,89	108 081,39
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Financiamentos obtidos</i>		177 115,89	148 853,37
<i>Juros e gastos similares</i>		(3 016,40)	(1 882,22)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		351 215,38	255 052,54
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		95 876,29	186 968,22
Caixa e seus equivalentes no início do período		254 878,57	67 910,35
Caixa e seus equivalentes no fim do período	16.5	350 754,86	254 878,57

O Conselho de Administração:

Luís Alberto de Sá e Silva
 José Santos Almeida
 João Filipe Cardoso Esteves
 Luís Filipe de Mendonça Cristina de Barros
 Augusto Manuel Fraga Magalhães Abreu

O Contabilista Certificado:

Jorge Pedro do Vale Martins
 C.C. 27 958

ANEXO

Nos termos da Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho, as divulgações a efetuar pelas ESNL em anexo às Demonstrações Financeiras correspondem às que abaixo se indicam.

1. Identificação da Entidade

A União das Mutualidades Portuguesas (UMP), é uma Associação Mutualista de grau superior, constituída sob a forma de União, a 9 de agosto de 1980, encontrando-se registada na Direção-Geral da Segurança Social sob o n.º 1/85, com fundos patrimoniais indeterminados, duração indefinida, número ilimitado de associados e âmbito de ação em todo o território nacional.

A UMP rege-se pelos diplomas legais aplicáveis e pelos seus Estatutos e tem como fins fundamentais, promover a defesa, desenvolvimento, cultura e práticas de solidariedade mutualista e assegurar a organização e representação do movimento mutualista.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativo (SNC-ESNL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, com as alterações introduzidas pelo Decreto de Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, que transpôs a Diretiva 2013/34/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013.

As Demonstrações Financeiras foram preparadas a partir dos registos contabilísticos da União das Mutualidades Portuguesas, de acordo com as NCRF-ESNL e no pressuposto da continuidade das operações.

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela União das Mutualidades Portuguesas na elaboração das Demonstrações Financeiras de 2022 foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF,) aprovadas pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, juntamente com as alterações introduzidas pelo Decreto de Lei n.º 98/2015.

3.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e expectativas futuras, a UMP continuará a operar no futuro previsível assumindo não haver a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir o nível das suas operações.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

De acordo com o regime de acréscimo, os gastos e os rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas “Outras contas a receber e a pagar” ou em “Diferimentos”.

No entanto, no que diz respeito às quotizações dos associados foi adotado o regime de caixa, uma vez que a UMP não possui direito quanto à exigibilidade do saldo.

3.1.3 Consistência de Apresentação

Os conteúdos das Demonstrações Financeiras são consistentes com os do exercício anterior.

3.1.4 Materialidade e Agregação:

Cada classe material de itens dissemelhantes é apresentada separadamente nas Demonstrações Financeiras. As Demonstrações Financeiras resultam do processamento de grandes números de transações ou outros acontecimentos que são agregados em classes de acordo com a sua natureza ou função.

3.1.5 Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos, assim como os rendimentos e gastos, serem relatados separadamente, estes não foram compensados.

3.1.6 Informação Comparativa

Os conteúdos das Demonstrações Financeiras são comparáveis com os do exercício anterior.

3.2 Outras políticas contabilísticas:

3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. O custo de aquisição inicialmente registado inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

As depreciações foram calculadas pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontram na tabela abaixo:

Ativos Fixos Tangíveis	Número de anos
Edifícios e outras construções	4
Equipamento de transporte	4
Equipamento Administrativo	3 a 8
Outros ativos fixos tangíveis	3 a 8

3.2.2 Bens do património histórico e cultural

Não existem “Bens do património histórico e cultural” registados.

3.2.3 Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas.

As amortizações foram calculadas pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada natureza destes ativos.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Ativos Fixos Intangíveis	Número de anos
Projetos de desenvolvimento	3
Programas de computador	3
Propriedade industrial	3
Outros ativos intangíveis	3 a 5

3.2.4 Investimentos financeiros

Encontram-se registados em “Investimentos Financeiros” a participação da UMP no Capital Social da Cooperativa António Sérgio Para a Economia Social (CASES), no montante de 17.000,00 € e correspondente a 17 títulos. Igualmente, encontra-se registada a aquisição de Títulos de Dívida Pública, no montante de 55,42 €, investimento no Fundo de Compensação do Trabalho, no montante de 7.365,49 € e aquisição de Títulos da CCAM no montante de 2.500,00€.

3.2.5 Instrumentos Financeiros

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui o montante disponível em 31.12.2022 em caixa e em depósitos bancários à ordem.

Créditos a receber

Os “Créditos a receber” encontram-se registados pelo seu valor nominal estando deduzidos no Balanço de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica “Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)”, para assim retratar o valor realizável líquido.

Fornecedores, Empréstimos e outros passivos correntes

As dívidas registadas em “Fornecedores”, “Empréstimos” e “Outros passivos correntes” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.6 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos Patrimoniais” é constituída pelo Fundo Social, pelas Reservas Estatutárias (Fundo de Administração, Fundo de Solidariedade Associativa e Fundo de Reserva Geral) resultantes da aplicação dos Resultados Líquidos anuais, em conformidade com as disposições estatutárias da UMP e por outras variações nos fundos patrimoniais resultantes da fusão, na UMP, de Associações Mutualistas.

3.2.7 Estado e Outros Entes Públicos

Estão registadas as contribuições obrigatórias a pagar à segurança social e as retenções na fonte de IRS a entregar ao Estado.

3.2.8 Financiamentos Obtidos

Os “Financiamentos Obtidos” encontram-se registados no passivo pelo valor nominal líquido da concessão desses empréstimos.

3.2.9 Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras estão elaboradas pressupondo a continuidade da UMP.

3.2.10 Principais fontes de incerteza das estimativas

A presente nota faz referência aos principais pressupostos em relação ao futuro adotados na elaboração das Demonstrações Financeiras e que possam implicar um risco significativo de ajustamentos materiais à valorização de ativos e passivos do próximo período financeiro.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das Demonstrações Financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das Demonstrações Financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas. Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das Demonstrações Financeiras anexas foram os seguintes:

As vidas úteis dos ativos fixos tangíveis foram determinadas tendo por base os critérios do decreto regulamentar 25/2009, entendendo a Administração que os mesmos representam a melhor estimativa da utilidade esperada do ativo para a entidade.

As quotizações dos Associados são reconhecidas através do Regime de Caixa, uma vez que a UMP não possui direito quanto à exigibilidade das quotas.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não aplicável.

5. Ativos Fixos Tangíveis

Os critérios de mensuração, os métodos de depreciação e as vidas úteis usadas encontram-se referidos em 3.2.1.

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período findo de 2022 evidenciando as adições, as revalorizações, os abates e as alienações, as depreciações e outras alterações, encontram-se no seguinte quadro:

Descrição	2022						Total
	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento Básico	Equipamento de transporte	Equipamento Administrativo	Outros Ativos Fixos Tangíveis	
Ativos							
Saldo Inicial	0,00	0,00	8 094,40	14 540,00	53 365,35	4 882,98	80 882,73
Aquisições	126 297,00	53 703,00	5 930,20	0,00	2 365,62	0,00	188 295,82
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo Final	126 297,00	53 703,00	14 024,60	14 540,00	55 730,97	4 882,98	269 178,55
Descrição	2022						Total
	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento Básico	Equipamento de transporte	Equipamento Administrativo	Outros Ativos Fixos Tangíveis	
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade							
Saldo Inicial	0,00	0,00	1 827,13	14 540,00	43 113,54	3 672,31	63 152,98
Amortizações do exercício	0,00	0,00	3 694,68	0,00	5 844,86	355,31	9 894,85
Saldo Final	0,00	0,00	5 521,81	14 540,00	48 958,40	4 027,62	73 047,83
Ativos Líquidos	126 297,00	53 703,00	8 502,79	0,00	6 772,57	855,36	196 130,72

6. Ativos Intangíveis

Os critérios de mensuração, os métodos de amortização e a vida útil usada encontram-se referidos em 3.2.3.

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período findo de 2022, evidenciando as adições, as revalorizações, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, encontram-se no seguinte quadro:

Descrição	2022				Total
	Despesas de Investigação e Desenvolvimento	Propriedade Industrial	Programas de Computador	Outros Activos Intangíveis	
Ativos					
Saldo inicial	31 980,00	1 087,37	8 764,50	608,90	42 440,77
Aquisições	0,00	0,00	2 772,38	0,00	2 772,38
Saldo final	31 980,00	1 087,37	11 536,88	608,90	45 213,15
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade					
Saldo inicial	31 980,00	1 044,90	8 220,97	405,90	41 651,77
Amortizações do exercício	0,00	42,47	3 085,53	203,00	3 331,00
Saldo final	31 980,00	1 087,37	11 306,50	608,90	44 982,77
Ativos líquidos	0,00	0,00	230,38	0,00	230,38

7. Custos de Empréstimos Obtidos

São os seguintes os montantes em dívida bem como os encargos suportados e pagos nos exercícios de 2022 e 2021:

Descrição	2022		2021	
	Montante em Dívida	Encargos Financeiros	Montante em Dívida	Encargos Financeiros
Empréstimos Obtidos				
Instituições Financeiras				
Empréstimos bancários/Leasings Financeiros	0,00	3 016,40	0,00	1 882,22
Outros Encargos Financeiros				
Total	0,00	3 016,40	0,00	1 882,22

8. Rédito

A UMP reconhece os réditos de acordo com os seguintes critérios:

Prestação de serviços – Esta rubrica diz respeito às quotizações das Associadas bem como a rendimentos provenientes das quotas dos utilizadores do Centro Infantil Dr. António da Costa Leal (CIACL), reconhecidas na demonstração dos resultados.

Juros – quando existam, são reconhecidos utilizando o método do juro efetivo;

Subsídios à Exploração - respeitam aos subsídios atribuídos à UMP pelo Estado, por outros Organismos e Entidades públicas e privadas e, quando aplicável, são reconhecidos segundo o regime de acréscimo de acordo com a substância do acordo relevante;

Outros rendimentos – Dizem respeito a correções relativas a exercícios anteriores, participações recebidas para realização de eventos e a restituição de impostos.

Para os períodos de 2022 e 2021 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Quantias dos réditos reconhecidas no período	2022		2021	
	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período
Prestação de serviços	106 036,14 €	9,4%	89 110,81 €	9,3%
Subsídios	988 066,35 €	87,8%	866 902,20 €	90,0%
Outros Rendimentos	18 610,70 €	1,7%	6 775,96 €	0,7%
Reversões Provisões	12 917,36 €	1,1%	- €	0,0%
Juros	6,12 €	0,0%	6,12 €	0,0%
Totais	1 125 636,67 €	100,0%	962 795,09 €	100,0%

9. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

A UMP, por ausência de factos ou pressupostos geradores, não reconhece nas suas demonstrações financeiras provisões, passivos ou ativos contingentes.

10. Subsídios do Governo e apoios do Governo

Em 2022 e 2021, a UMP registou os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios à exploração":

Descrição	2022	2021
Subsídios do Governo	302 734,72	200 214,58
MTSSS	302 734,72	200 214,58
Subsídios e Apoios de Outras Entidades Publicas	664 332,16	674 415,15
Projetos POISE	274 404,34	369 819,55
ISS, IP. (Apoios COVID)	-	17 568,00
ISS, IP. (Acordo Cooperação Creche CIACL)	348 113,61	260 289,34
ERASMUS	11 740,67	-
Protocolo MARE	1 756,32	-
Apoio COVID	496,16	15 599,86
IEFP - Estágios	10 192,34	8 757,57
IEFP - CONVERTE +	1 956,72	1 535,83
IAPMEI (Apoio ao aumento da RMMG)	672,00	845,00
CAMÕES I.P.	15 000,00	-
Subsídios de Outras Entidades	20 999,47	12 272,47
CASES	20 000,00	10 000,00
CPES	-	2 272,47
PINGO DOCE (Projeto Bairro Feliz)	999,47	-
Total	988 066,35	886 902,20

11. Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Não aplicável.

12. Impostos sobre o Rendimento

Não aplicável.

13. Instrumentos Financeiros

As bases de mensuração e as políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros, encontram-se descritas no anterior ponto 3.2.5. e nos pontos 16.2 a 16.8, estão decompostas as respetivas contas.

14. Benefícios dos empregados

Funcionários

O número de funcionários no final de Dezembro de 2022 é de 24 pessoas. 6 dos quais estiveram afetos ao Projeto POISE. 17, afetos ao Centro Infantil Dr. António da Costa Leal. 1 afeto à atividade ordinária da UMP.

No ano anterior o número médio de trabalhadores foi de 23 (afetos ao projeto POISE, ao CIACL e à atividade normal da UMP).

Os gastos que a UMP incorreu com os funcionários ao seu serviço foram os seguintes:

Gastos Com Pessoal	2022	2021
Remunerações dos órgãos associativos	38 369,04	38 825,22
Remunerações do pessoal	383 718,19	336 754,58
Indemnizações	3 808,23	1 269,42
Encargos sobre remunerações	88 118,83	71 680,17
Seguros de ac. trabalho e doenças prof.	4 129,63	2 962,12
Outros gastos com pessoal	11 520,71	9 393,62
Total	529 664,63	460 885,13

15. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A União das Mutualidades Portuguesas não é devedora de quaisquer contribuições e impostos à Segurança Social e à Autoridade Tributária.

16. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das Demonstrações Financeiras são divulgadas as seguintes informações.

16.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2022 e 2021, a UMP detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2022	2021
Investimentos noutras entidades	17 000,00	17 000,00
Outros Métodos	17 000,00	17 000,00
Outros Investimentos	9 920,91	14 583,87
Titulos da Dívida Pública (Justo valor)	55,42	55,42
Fundo Compensação Trabalho	7 365,49	12 028,45
Outros Títulos	2 500,00	2 500,00
Total	26 920,91	31 583,87

16.2 Associados

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2022	2021
Associados	224,87	224,87
Perdas por imparidade	0,00	0,00
Valor Líquido	224,87	224,87
Descrição	2022	2021
Imparidade reconhecida no período	0,00	0,00
Total	0,00	0,00

16.3 Créditos a receber

A rubrica “Créditos a receber” evidenciava em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a seguinte decomposição:

Descrição	2022	2021
Devedores por acréscimos de rendimentos	94 832,66	301 176,37
POISE	83 091,99	301 176,37
Erasmus	11 740,67	0,00
Outros Devedores	19 728,72	8 043,07
Total	114 561,38	309 219,44

16.4 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica “Diferimentos” englobava os valores a reconhecer como gastos com Seguros, Software, Aluguer de viaturas e Outros Custos e como rendimentos com a participações dos utentes do CIDACL.

16.5 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2022 e 2021, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2022	2021
Caixa	715,53	730,35
Depósitos à ordem	350 039,33	254 148,22
Total	350 754,86	254 878,57

Os registos nas diversas rubricas da demonstração dos fluxos de caixa correspondem efetivamente aos recebimentos/pagamentos observados, sendo registados numa base bruta, i.e., não compensando entradas com saídas, exceto quanto a recebimentos e pagamentos (de caixa) dos itens em que a rotação seja rápida, as quantias sejam grandes e os vencimentos sejam curtos (p.ex. utilizações e amortizações de contas caucionadas, financiamentos por recurso a desconto de títulos, cheques e factoring).

Os pagamentos a fornecedores e outros englobam IVA e outros impostos e taxas liquidados nas transações realizadas. Os pagamentos ao pessoal não incluem as retenções efetuadas nem outros encargos devidos pela própria sociedade mas que não lhes sejam pagos, os quais são registados em outros recebimentos/pagamentos operacionais.

Os dividendos e juros recebidos são registados pelo valor líquido das inerentes retenções de impostos.

16.6 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” nos períodos findos de 2022 e 2021 é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Fornecedores C/C	11 041,08	7 739,55
Total	11 041,08	7 739,55

16.7 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” apresenta a seguinte decomposição:

Descrição	2022		2021	
	Saldo Devedor	Saldo Credor	Saldo Devedor	Saldo Credor
Estado e outros entes públicos				
Retenções de imposto sobre o rendimento		5 989,25		6 420,75
IVA	669,70		495,84	
Contribuições para a Seg. Social		16 370,36		20 290,35
Total	669,70	22 359,61	495,84	26 711,10

16.8 Outros passivos correntes

A rubrica "Outro passivo corrente" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Orgãos Associativos e Pessoal		
Remunerações a pagar	20 107,14	24 232,90
Credores por Acréscimos de gastos	63 839,17	61 298,25
Outros Credores	42 659,24	209 770,70
Total	126 605,55	295 301,85

16.9 Fundos Patrimoniais

Descrição	2022	2021
Fundos	212 497,57	59 818,19
Fundo Inicial	6 948,79	6 948,79
Fundo de Administração	-80 638,87	-191 862,37
Fundo Solidariedade Associativo	294 055,34	280 405,34
Fundo Reserva Geral	-7 867,69	-35 673,57
Outras Variações - Doações	70 922,63	70 922,63
Resultado Líquido do Período	247 858,39	152 679,38
Total	531 278,59	283 420,20

16.10 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021 foi a seguinte:

Descrição	2022	2021
Subcontratos	29 874,30	20 728,11
Serviços especializados	136 715,71	197 363,26
Materiais	8 558,76	15 201,48
Energia e fluidos	19 201,70	15 085,18
Deslocações, estadas e transportes	32 841,74	9 146,33
Serviços diversos	63 468,84	68 743,77
Total	290 661,05	326 268,13

16.11 Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos não financeiros	0,00	0,00
Outros rendimentos	18 610,70	6 775,96
Total	18 610,70	6 775,96

16.12 Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Impostos	415,70 €	83,77 €
Outros Gastos e Perdas:		
Correcções relativas períod.anteriores	26 875,47 €	1 987,56 €
Quotizações	250,00 €	250,00 €
Outros Gastos	6 857,42 €	4 740,44 €
Outros Gastos Operacionais de Capacitação Não Financiados	6 811,76 €	26 400,00 €
Total	41 210,35 €	33 431,77 €

16.13 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2021 e 2020 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2022	2021
Juros e gastos similares suportados:		
Juros suportados	3 016,40	1 882,22
Juros de mora e compensatórios	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	0,00	0,00
Total	3 016,40	1 882,22
Juros e rendimentos similares obtidos:		
Juros obtidos	6,12	6,12
Total	6,12	6,12
Resultados financeiros	(3 010,28)	(1 876,10)

17. Acontecimentos após a data do balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2022.

Após o encerramento do período e até à elaboração do presente anexo não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As Demonstrações Financeiras foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em exercício em 06 de janeiro de 2023.

Esmoriz, 06 de janeiro de 2023

O Conselho de Administração,

Presidente - Luís Alberto de Sá e Silva
em representação de A Mutualidade de Santa Maria – Associação Mutualista

Vice-Presidente – José Santos Almeida
em representação de A Familiar – A Familiar de Espinho – Associação Mutualista

Vice-Presidente – João Filipe Cardoso Esteves
em representação da Associação de Socorros Mútuos “Protetora dos Artistas” de Faro

Vice-Presidente – Luís Filipe de Mendonça Cristina de Barros
em representação de MUDIP – Associação Mutualista Diplomática Portuguesa

Vice-Presidente – Augusto Manuel Fraga Magalhães Abreu
em representação da Associação de Socorros Mútuos Familiar Vimaranesense

Contabilista Certificado,
Jorge Pedro do Vale Martins
C.C. 27 958

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Estimadas Associadas,

No âmbito das suas funções e competências previstas nos Estatutos da União das Mutualidades Portuguesas, o Conselho Fiscal apresenta o seu Parecer sobre o Relatório e Contas relativas ao exercício de 2022, aprovadas pelo Conselho de Administração.

O Conselho Fiscal, no âmbito da sua ação, acompanhou, com regularidade, o desenvolvimento das atividades propostas no programa de ação de das contas da União das Mutualidades Portuguesas, bem como a elaboração das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício económico de 2022, tendo contado, durante todo o processo, com o apoio e colaboração do Conselho de Administração, do Contabilista Certificado, dos Serviços Financeiros e Administrativos da UMP, pelo que cumpre reconhecer e agradecer.

A União das Mutualidades Portuguesas regista, no exercício de 2022, um resultado líquido positivo no montante total de Euro: 247.858,39€, que reflete, de forma reiterada, a contínua adoção das políticas de consolidação económica e financeira que a UMP se propôs a adotar e que tem vindo a realizar nos últimos exercícios económicos. Facto este que o Conselho Fiscal atribui desfase e destaque.

PARECER

Face ao exposto, o Conselho Fiscal é de opinião de que Relatório e Contas de 2022 da União das Mutualidades Portuguesas merecem serem aprovadas pelas Exas. Associadas.

Esmoriz, 11 de janeiro de 2023

O Conselho Fiscal,

Presidente – José Miguel Duarte de Oliveira Gomes
em representação da Associação Mutualista de Arcozelo

Vogal – Jorge Carlos da Conceição Cordeiro
em representação da Associação de Socorros Mútuos Primeiro de Dezembro

Vogal – José Vicente Costa de Carvalho
em representação da Associação de Socorros Mútuos dos Artistas Vilafranquenses

WWW.MUTUALISMO.PT

in    Mutualidades Portuguesas **f** [mutualidades.portuguesas/](https://www.facebook.com/mutualidades.portuguesas/)